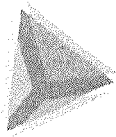


LICITAÇÃO N.º 024/2025

Lista de Credenciamento

Empresa	Representante
ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA CNPJ 46151130000126	TAMIREZ SABINO GARCIA PROCURADORA
TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS SA CNPJ 08870769000172	JAIRO PABLO ALVES DE CARVALHO PROCURADOR

Foi realizada a consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE/PR,** na página <http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Voltar](#)[Consultar Impedimentos](#)

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento CNPJ Número documento 46151130000126

Nome ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA

Tipo de Sanção Todos

Período publicação : de até

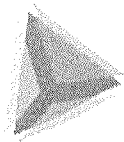
Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até

Situação: Todas

Links úteis: [Consulta TCU](#) / [Consulta CADIN PR](#)[Imprimir](#)[Imprimir](#)

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Voltar](#)[Incluir irregularidades](#)

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento CNPJ Número documento 08870769000172

Nome TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS

Tipo de Sanção Todos

Período publicação : de até

Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até

Situação: Todas

Links úteis: [Consulta TCU](#) / [Consulta CADIN PR](#)[Pesquisar](#)[Imprimir](#)

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.151.130/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/06/1974
---	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL I.T.B. - EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ITB	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 27.10-4-02 - Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R DEVANIR TERENCE	NÚMERO 161	COMPLEMENTO *****
--	----------------------	-----------------------------

CEP 16.206-012	BAIRRO/DISTRITO PARQUE INDUSTRIAL RAIF MEHANA RAHAL	MUNICÍPIO BIRIGUI	UF SP
--------------------------	---	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/05/2025** às **08:26:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
DENOMINAÇÃO ATUAL: I.T.B. - EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA		
DENOMINAÇÕES ANTERIORES: I.T.B. INDUSTRIA DE TRANSFORMADORES BIRIGUI LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35202231771	12/06/1974	26/05/2025 08:29:21
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
10/06/1974	46.151.130/0001-26	

CAPITAL
R\$ 6.000.014,00 (SEIS MILHÕES, QUATORZE REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA DEVANIR TERENCE	NÚMERO: 161	
BAIRRO: P. I. RAIF M. RAHAL	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: BIRIGUI	CEP: 16206-012	UF: SP

OBJETO SOCIAL
FABRICAÇÃO DE TRANSFORMADORES, INDUTORES, CONVERSORES, SINCRONIZADORES E SEMELHANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA





5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 376.819/18-2 SESSÃO: 20/08/2018



A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'S' or a similar character, located in the bottom right corner of the page.

N



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a horizontal line and a small upward stroke.

DELIBERAR SOBRE A ELEICAO DO DIRETOR PRESIDENTE EXECUTIVO DA SOCIEDADE, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA 37A ALTERACAO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE., DATADA DE: 16/11/2022.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35202231771
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 25/05/2025



Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 267810756, segunda-feira, 26 de maio de 2025 às 08:29:21.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a horizontal line.



JUCESP PROTOCOLO
2.601.743/22-0



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

37ª (TRIGÉSIMA SÉTIMA) ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA
I.T.B. EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA.

CNPJ n.º 46.151.130/0001-26

NIRE n.º 35.202.231.771

Pelo presente instrumento particular de alteração de Contrato Social:

ANTONIO LIRANÇO,

ANTONIO OSMAR TASCHIN,

CELSO CRESPI SANCHES,

MARIA CRESPI SANCHES,

SELMA SANCHES MOMESSO

SÍLVIA CRESPI SANCHES,



AUTENTICAÇÃO R\$ 4,83

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado, a qual dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

1

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

WANDERLEY CRESPI SANCHES,

HAMILTON GAJARDONE,

AUREA DE SOUZA SANCHES,

VANDER DE SOUZA SANCHES,

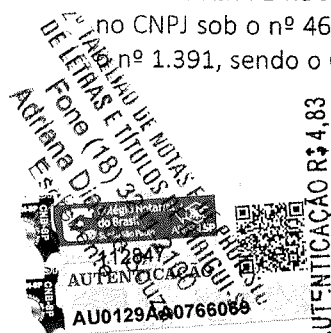
VANDA DE SOUZA SANCHES,

VALQUIRIA DE SOUZA SANCHES,

WALDEMAR SANCHEZ,

947.

ÚNICOS sócios componentes da sociedade I.T.B. – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, com sede na cidade de Birigui, Estado de São Paulo na Rua Devanir Terence, nº 161, Parque Industrial Raif Mehana Rahal, CEP 16206-012, CNAE 2710.4/02, com Contrato Social de 10/06/1974, registrado sob o nº NIRE 35.202.231.771 na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão de 12/06/1974, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 46.151.130/0001-26, Inscrição Estadual sob o nº 214.009.850.112 e Inscrição Municipal sob o nº 1.391, sendo o Contrato Social e alterações posteriores, arquivados na mesma Junta Comercial do Estado

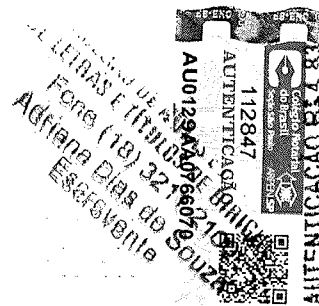


AUTENTICAÇÃO R\$ 4,83

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado, a qual dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



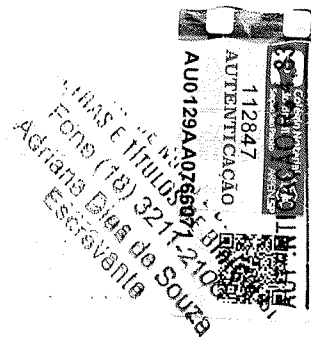
2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fono (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado, a qual dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

de São Paulo, conforme informações constantes do quadro abaixo, resolvem de pleno e comum acordo e na melhor forma de direito alterar o Contrato Social, mediante cláusulas e condições abaixo:

CONSTITUIÇÃO/ ALTERAÇÕES	HISTÓRICO	ARQUIVO JUCESP Nº.	SESSÃO DE:
Constituição 10/06/1974	Constituição	717.045/74	12/06/1974
1ª 01/09/1976	Alteração	879.741/76	26/10/1976
2ª 01/08/1977	Alteração	945.588/77	06/09/1977
3ª 20/02/1978	Alteração	990.238/78	06/04/1978
4ª 01/05/1978	Alteração	1.001.312/78	06/07/1978
5ª 01/08/1979	Alteração	1.065.512/79	27/08/1979
6ª 01/10/1979	Alteração	1.081.286/79	22/11/1979
7ª 01/06/1983	Alteração	64.284/83	27/06/1983
8ª 01/02/1985	Alteração	19.358/85	06/03/1985
9ª 02/06/1986	Alteração	266.387	14/08/1986
10ª 27/07/1987	Alteração	436.925	14/08/1987
11ª 21/09/1987	Alteração	475.000	28/10/1987
12ª 01/06/1988	Alteração	588.720	01/07/1988
13ª 01/07/1989	Alteração	783.041	31/07/1989
14ª 01/02/1990	Alteração	902.117	03/03/1990
15ª 01/04/1991	Alteração	55.202/91-3	25/04/1991
16ª 14/04/1992	Alteração	57.270/92-2	22/04/1992
17ª 14/07/1992	Alteração	122.969/92-3	04/08/1992
18ª 11/11/1993	Alteração	185.487/93-2	29/11/1993
19ª 01/06/1994	Alteração	80.516/94-4	14/06/1994
20ª 30/07/1997	Alteração	121.062/97-1	11/08/1997
21ª 30/06/2000	Alteração	132.378/00-0	17/07/2000
22ª 31/08/2000	Alteração	173.215/00-2	15/09/2000
23ª 03/12/2003	Alteração	220.525/03-1	29/12/2003
24ª 27/04/2004	Alteração	287.339/04-0	09/06/2004
25ª 14/10/2005	Alteração	305.428/05-6	01/11/2005
26ª 09/11/2005	Alteração	273.662/05-3	11/11/2005



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fono (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado, a qual dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELQ. DE AUTENTICIDADE

27ª	30/03/2006	Alteração	132.346/06-0	17/05/2006
28ª	11/09/2006	Alteração	354.030/10-3	08/10/2010
29ª	08/10/2010	Alteração	34.406/11-6	26/01/2011
30ª	10/11/2010	Alteração	23.800/11-2	10/03/2011
31ª	03/09/2012	Alteração	418.154/12-0	15/10/2012
32ª	15/02/2015	Alteração	193.552/15-2	16/06/2015
33ª	27/06/2017	Alteração	268.657/17-8	01/08/2017
34ª	25/06/2018	Alteração	376.819/18-2	20/08/2018
35ª	30/04/2019	Alteração	140.287/19-0	10/05/2019
36ª	17/10/2022	Alteração	497.639/22-1	08/11/2022

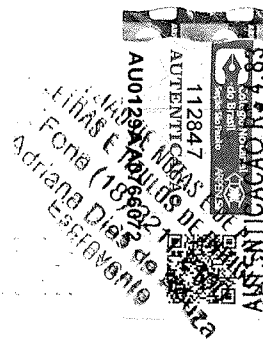
EMENTA:

- I. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS, INGRESSO E SAÍDA DE SÓCIOS;
- II. DA ALTERAÇÃO DA INTEGRALIDADE DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE E SUA CONSOLIDAÇÃO.

I. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS, INGRESSO E SAÍDA DE SÓCIOS

1.1. O sócio **ANTÔNIO LIRANÇO**, acima qualificado, detentor de 1.000.002 (um milhão e duas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 1.000.002,00 (um milhão e dois reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.622.035/0001-63, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239242261, com sede na Rua Saudades, nº 194, Centro, CEP 16.200-005, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio Antônio Liranço acima qualificado, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.2. O sócio **ANTONIO OSMAR TASCHIN**, acima qualificado, detentor de 1.000.002 (um milhão e duas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 1.000.002,00 (um milhão e dois reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **AOT PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.521.409/0001-54, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239190342, com sede na Rua Silvio Vieira Coelho, nº 500, Centro, CEP 16.200-073, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio Antonio Osmar Taschin, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;



2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado a qual dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

1.3. O sócio **CELSO CRESPI SANCHES**, acima qualificado, detentor de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **MCS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.559.820/0001-19, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239212389, com sede na Rua Padre Geraldo Goseling, nº 1.242, Apto 84, bairro Jardim Nossa Senhora de Fátima, CEP 16.200-768, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seus sócios Celso Crespi Sanches e Selma Sanches Momesso, já qualificados, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

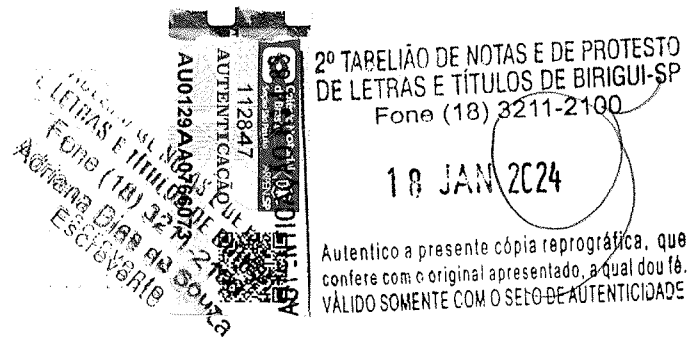
1.4. A sócia **MARIA CRESPI SANCHES**, acima qualificada, detentora de 500.004 (quinhentas mil e quatro) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 500.004,00 (quinhentos mil e quatro reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **MCS PARTICIPAÇÕES LTDA**, igualmente acima qualificada, neste ato representada por seus sócios Celso Crespi Sanches e Selma Sanches Momesso, já qualificados, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.5. A sócia **SELMA SANCHES MOMESSO**, acima qualificada, detentora de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **MCS PARTICIPAÇÕES LTDA**, igualmente acima qualificada, neste ato representada por seus sócios Celso Crespi Sanches e Selma Sanches Momesso, já qualificados, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.6. A sócia **SILVIA CRESPI SANCHES**, acima qualificada, detentora de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **MCS PARTICIPAÇÕES LTDA**, igualmente acima qualificada, neste ato representada por seus sócios Celso Crespi Sanches e Selma Sanches Momesso, já qualificados, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.7. O sócio **WANDERLEY CRESPI SANCHES**, acima qualificado, detentor de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **MCS PARTICIPAÇÕES LTDA**, igualmente acima qualificada, neste ato representada por seus sócios Celso Crespi Sanches e Selma Sanches Momesso, já qualificados, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.8. O sócio **HAMILTON GAJARDONE**, acima qualificado, detentor de 1.000.002 (um milhão e duas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 1.000.002,00 (um milhão e dois reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante **H. GAJARDONE PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.604.326/0001-29, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239233661, com sede na Avenida São Francisco, nº 586, apartamento nº 51, Condomínio Residencial Ilha Bela, bairro Jardim Pérola, CEP 16.200-260, na cidade de Birigui, Estado de São



Paulo, neste ato representada por seu sócio Hamilton Gajardone, já qualificado, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

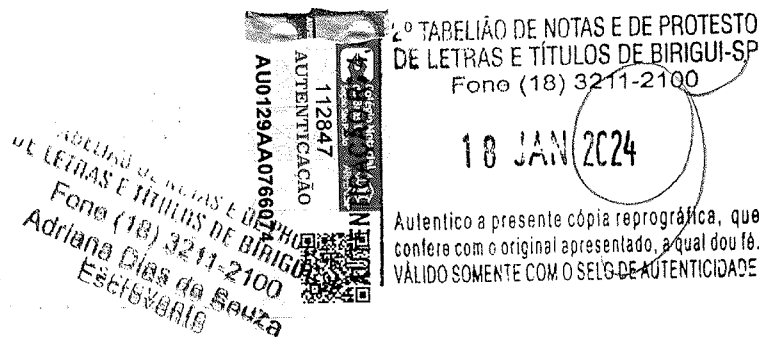
1.9. A sócia AUREA DE SOUZA SANCHES, acima qualificada, detentora de 500.001 (Quinhentas mil e uma) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 500.001,00 (quinhentos mil e um reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.571.761/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239218476, com sede na Rodovia Senador Teotônio Vilella, S/N, Rua Topázios, nº 16, Condomínio Residencial Guatambu Park, CEP 16.206-115, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seus sócios Aurea de Souza Sanches e Vander de Souza Sanches, já qualificados, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.10. O sócio VANDER DE SOUZA SANCHES, acima qualificado, detentor de 166.667 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 166.667,00 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA, já qualificada, neste ato representada por seus sócios Aurea de Souza Sanches e Vander de Souza Sanches, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.11. A sócia VANDA DE SOUZA SANCHES, acima qualificada, detentora de 166.667 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 166.667,00 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA, já qualificada, neste ato representada por seus sócios Aurea de Souza Sanches e Vander de Souza Sanches, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.12. A sócia VALQUIRIA DE SOUZA SANCHES, acima qualificada, detentora de 166.667 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 166.667,00 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA, já qualificada, neste ato representada por seus sócios Aurea de Souza Sanches e Vander de Souza Sanches, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data;

1.13. O sócio WALDEMAR SANCHEZ, acima qualificado, detentor de 1.000.002 (um milhão e duas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 1.000.002,00 (um milhão e dois reais), cede e transfere, com a expressa anuência dos demais sócios da Sociedade, a integralidade de suas quotas, a título de conferência e integralização do capital social à sócia ingressante W. SANCHEZ PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.522.186/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239190768, com sede na Rua Olho d'Água, nº 161, bairro Villa do Chafariz, CEP



16.200-861, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio Waldemar Sanchez, já qualificado, cujo contrato social é igualmente alterado na presente data.

1.14. Face às disposições acima, os sócios ANTONIO LIRANÇO, ANTONIO OSMAR TASCHIN, CELSO CRESPI SANCHES, MARIA CRESPI SANCHES, SELMA SANCHES MOMESSO, SÍLVIA CRESPI SANCHES, WANDERLEY CRESPI SANCHES, HAMILTON GAJARDONE, AUREA DE SOUZA SANCHES, VANDER DE SOUZA SANCHES, VANDA DE SOUZA SANCHES, VALQUIRIA DE SOUZA SANCHES e WALDEMAR SANCHEZ retiram-se da Sociedade dando a esta e às sócias ingressantes, bem como estas e a Sociedade aos sócios retirantes, a mais ampla, plena e irrevogável quitação, para mais nada reclamar.

1.15. Em consonância ao acima disposto, a Cláusula Sexta do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL

5.1. O capital social é de R\$ 6.000.014,00 (seis milhões e quatorze reais), dividido em 6.000.014 (seis milhões e quatorze) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País e distribuído entre as sócias da seguinte forma:

Sócias	Quotas	Valor em R\$	%
LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
AOT PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
MCS PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.004	R\$ 1.000.004,00	16,666%
H. GAJARDONE PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
W. SANCHEZ PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
TOTAL	6.000.014	R\$ 6.000.014,00	100,000%

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo. As sócias não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelecem os arts. 1.054 e 997, VII do Código Civil.

Parágrafo Terceiro. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas confere a sua titular o direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Quarto. É vedado às Sócias caucionar, empenhar ou de qualquer forma onerar, no todo ou em parte, as quotas por elas detidas.

Parágrafo Quinto. As quotas somente poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, se respeitado o direito de preferência assegurado às demais Sócias, conforme disposições constantes do presente Contrato e demais resoluções previstas entre si em sede de Acordo de Sócios.



II. DA ALTERAÇÃO DA INTEGRALIDADE DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE E SUA CONSOLIDAÇÃO.

II. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

2.1. As quotas são indivisíveis, sendo proibida a criação de quaisquer ônus sobre elas, bem como não poderão ser cedidas ou transferidas total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a terceiros sem a exata observância do disposto nesta e demais cláusulas contratuais aplicáveis, em especial a CLÁUSULA VIGÉSIMA ("DO VALOR ECONÔMICO DA SOCIEDADE").

2.2. Para que as quotas e/ou direitos a elas relacionados sejam validamente transferidos, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, é necessário o prévio consentimento, por escrito, das sócias titulares de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social, não sendo computadas, para fins desse cálculo, as quotas da sócia que deseja transferir parte ou a integralidade de suas quotas.

2.3. É dever da sócia que deseja transferir parte ou a integralidade de suas quotas e/ou dos direitos a elas relacionados, encaminhar notificação à Sociedade do seu intento, juntamente com cópia para as demais sócias, sempre por escrito, informando o número de quotas de sua titularidade que deseja transferir, sendo assegurado as sócias, dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento das respectivas notificações, manifestarem o direito de primeira oferta e prioridade para aquisição das quotas.

2.4. Ocorrendo situação em que mais de uma sócia deseje exercer o direito de primeira oferta, será observada a proporção que cada uma delas detiver no capital social da Sociedade à época do exercício de tal direito, excluída, para fins desse cálculo, a participação da sócia ofertante das quotas sociais ou direitos a ela inerentes.

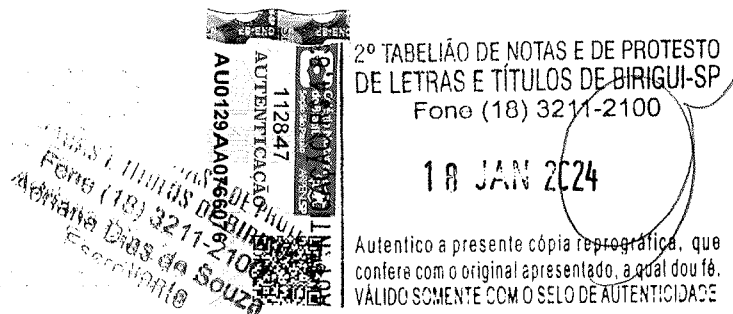
2.5. Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de quotas que viole o disposto neste Contrato Social será nula e ineficaz em relação à sociedade.

III. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

3.1. As quotas são intransferíveis a qualquer título, não podendo ser vendidas, cedidas, transferidas, alienadas ou conferidas ao capital de outra sociedade ou, de qualquer outra maneira, alienadas ou prometidas alienar, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, a terceiros, salvo expressa previsão em sentido contrário no presente Contrato, sem antes ter sido observado o direito de preferência conferido e assegurado às sócias remanescentes, bem como as demais regras e ordem de direito de preferência abaixo fixadas.

3.2. A sócia que desejar alienar suas quotas sociais a qualquer título deverá encaminhar uma notificação à Sociedade, com cópia para as demais Sócias, por escrito, informando o número de quotas de sua titularidade que pretende transferir.

3.3. Na eventualidade de mais de uma sócia desejar adquirir as quotas ofertadas, observar-se-á o rateio proporcional à participação dos sócios no capital social.



Parágrafo Primeiro - Se, nos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento de tal notificação, as demais sócias não se manifestarem, ou não adquirirem a totalidade das quotas da sócia ofertante, em segunda ordem de preferência, deverão as quotas serem ofertadas à Sociedade, cabendo às sócias remanescentes, em sede de Reunião de Sócios, deliberar pela aquisição, pela própria Sociedade, da integralidade ou parte das quotas, as quais serão mantidas em tesouraria, podendo, eventualmente, serem convertidas em futuro aumento de capital respeitadas as proporções das demais Sócias já existentes.

Parágrafo Segundo - Após o recebimento de propostas das Sócias ofertadas ou renúncia, expressa ou tácita, bem como renúncia, expressa ou tácita, por parte da Sociedade, a Sócia Ofertante deverá oferecer as quotas que pretende alienar aos sócios pessoas físicas das Sócias da presente Sociedade, ou seja, seus quotistas e demais membros das famílias de cada núcleo das Sócias, limitado até o 3º (terceiro) grau, os quais que terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do fim do prazo para o direito das Sócias ofertadas para apresentarem propostas, mediante o envio de notificação, conforme indicado no item 9.2. acima.

Parágrafo Terceiro - Somente após receber as propostas das sócias ofertadas ou a renúncia, expressa ou tácita, das sócias ofertadas ao exercício do seu direito de aquisição de quotas da sócia ofertante, da própria Sociedade e dos sócios pessoas físicas das Sócias da presente Sociedade, ou seja, seus quotistas e demais membros das famílias de cada núcleo das Sócias, limitado até o 3º (terceiro) grau, conforme disposto no Parágrafo Primeiro acima, a Sócia Ofertante poderá captar propostas junto a terceiros.

Parágrafo Quarto - Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de quotas que viole o disposto neste Contrato Social, será nula e ineficaz em relação à sociedade.

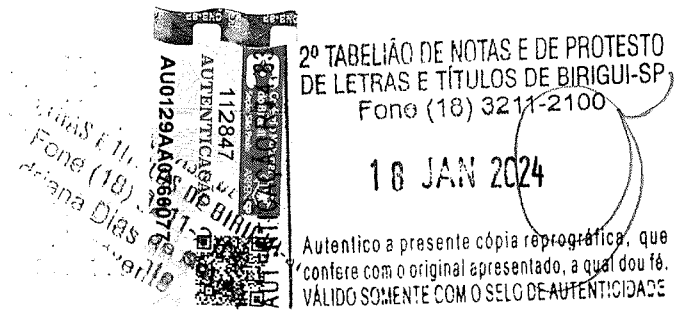
IV. DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA ("TAG ALONG")

4.1. Caso qualquer uma das Sócias ("Sócia Alienante") receba uma proposta de aquisição de suas quotas e pretenda aliená-las, as demais Sócias terão o direito (mas não a obrigação), a seu critério, de exercer o Direito de Preferência previsto na Cláusula Oitava, ou de vender, na mesma operação, as suas quotas: (i) em proporção idêntica à sua participação no capital social da Sociedade; (ii) pelo mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas à Sócia Alienante, sempre considerado o número total de Quotas objeto da Proposta de Aquisição.

4.2. Para fins de esclarecimento, o número total de Quotas que estiver sendo ofertadas ao terceiro deverá permanecer inalterado, devendo o número de Quotas a ser vendido por cada Sócia que aderir ao Direito de Venda Conjunta ser calculado de forma proporcional à sua participação no capital social.

4.3. Para fins do exercício do Direito de Venda Conjunta ("Tag Along"), a Sócia Alienante (que recebeu a oferta de terceiro) deverá comunicar sua intenção às demais Sócias por escrito, mencionando as condições da Proposta de Aquisição, incluindo o nome do potencial terceiro adquirente, o preço ofertado, a forma de pagamento, número de Quotas envolvidas e as demais condições oferecidas pelo terceiro na aquisição, indicando a sua intenção em aceitar a proposta.

4.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação indicada no item 10.3 acima, cada uma das Sócias Ofertadas deverão informar a Sócia Alienante por escrito, de sua intenção de exercer o Direito de Preferência previsto na Cláusula 8 do presente instrumento ou o Direito de Venda Conjunta aqui previsto.



4.3.2. Exercido o Direito de Venda Conjunta, a compra das Quotas detidas pela Sócia Alienante e pela Sócia Ofertada que concordar com o "Tag Along" deverá efetivar-se dentro do prazo previsto na Proposta de Aquisição.

4.3.3. Não comporta retratação a decisão da Sócia Ofertante que exercer o Direito de Preferência ou o Direito de Venda Conjunta. Não tendo sido exercido o Direito de Preferência por nenhuma das Sócias e nem pela Sociedade, o terceiro adquirente (i) adquirirá a totalidade das Quotas que forem objeto da oferta e do Tag Along, de maneira *pro rata* ao número de Quotas Ofertadas na Proposta de Aquisição em relação ao número de Quotas detidas pela Sócia Alienante e pelas Sócias Ofertadas que aceitaram o Tag Along.

4.4. Se qualquer condição prevista na Notificação de Oferta for modificada, ou se a cessão e transferência da propriedade das Quotas prevista no item 10.3.3. acima não for realizada no prazo de 90 (noventa) dias da data do recebimento da notificação do exercício do Direito de Venda Conjunta, o procedimento estabelecido no presente instrumento deverá ser obrigatoriamente repetido.

4.4.1. Como condição para validade da operação, a cessão e transferência de Quotas devem ser realizadas no mesmo preço e nas mesmas condições informadas às Sócias Ofertadas na Notificação de Oferta, sendo que o terceiro deverá aderir integralmente aos termos e condições do Acordo de Sócios vigente, mediante assinatura do correspondente termo de adesão.

4.5. Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de Quotas que viole o disposto nesta Cláusula será nula de pleno direito e ineficaz perante as Sócias e a Sociedade.

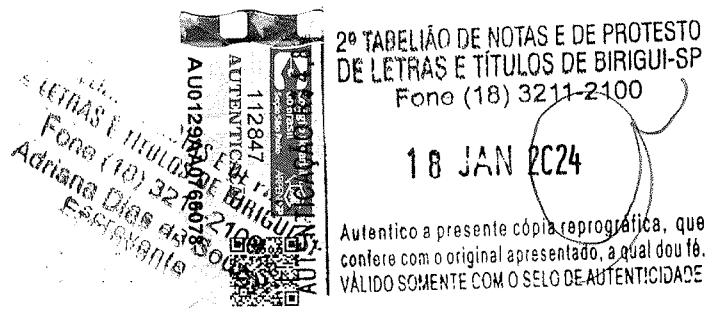
V. OBRIGAÇÃO DE VENDA CONJUNTA ("DRAG ALONG")

5.1. Observado primeiramente o Direito de Preferência, se qualquer das Sócias desejar vender ou receber uma proposta de terceiro para transferir a totalidade das quotas de sua titularidade, condicionada à aquisição da totalidade das quotas da Sociedade, as demais Sócias, se requeridas por Sócias que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital votante da Sociedade, e desde que não exerçam o Direito de Preferência, se obrigam a participar da operação, nas mesmas condições, inclusive de preço e pagamento, em bases pro-rata, proporcionalmente ao número de quotas de cada uma ("Obrigação de Drag Along").

5.2. Para tanto, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, as Sócias deverão efetuar a transferência de suas quotas, na operação de venda da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, sendo certo que o terceiro somente poderá adquirir todas as quotas da Sociedade conjuntamente e em conformidade com o disposto nesta Cláusula.

VI. DA DELIBERAÇÃO DAS SÓCIAS E DA REUNIÃO DE SÓCIOS

6.1. As sócias reunir-se-ão, no mínimo, anualmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer Sócia da Sociedade, por meio de comunicação escrita com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, desde que com a confirmação de seu recebimento aos destinatários, encaminhados a cada uma



das Sócias, com cópia à respectiva Sociedade, e as suas resoluções ou decisões constarão no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria".

6.2. Independentemente da observância das formalidades de convocação descritas no artigo 1.152, §3º do Código Civil, será considerada regular a Reunião de Sócios a que comparecerem todas as Sócias ou se estas se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, nos termos do disposto no artigo 1.072, §2º do Código Civil.

6.3. A Convocação da Reunião de Sócios deverá ser enviada com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data marcada para a realização de cada Reunião. Em caso de não instalação da Reunião de Sócios em primeira convocação, a segunda convocação deve, igualmente, ser enviada com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da nova data marcada para a realização da Reunião de Sócios.

6.4. Em primeira convocação, as Reuniões de Sócios instalar-se-ão com a presença de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social. Caso a Reunião de Sócios não possa ser instaurada em primeira convocação, por não atingimento do número mínimo de Sócias presentes, deverá ser realizada uma segunda convocação para a Reunião de Sócios, seguindo novamente o procedimento previsto no item 12.3. acima. As Reuniões de Sócios instalar-se-ão, em segunda convocação, com a presença de quantas Sócias estiverem presentes.

6.5. As Sócias comparecerão às Reuniões de Sócios pessoalmente ou por procurador, devendo este ser sócio ou administrador da sociedade, devidamente constituído por instrumento de mandato válido e com poderes específicos para comparecimento à Reunião e para assinatura da respectiva Ata de Reunião de Sócios, admitindo-se que o procurador ou representante da Sócia seja portador de voto por escrito. A outorga de procuração deverá observar as restrições legais aplicáveis, não sendo admitida a constituição de procurador que tenha interesse conflitante com os da Sociedade.

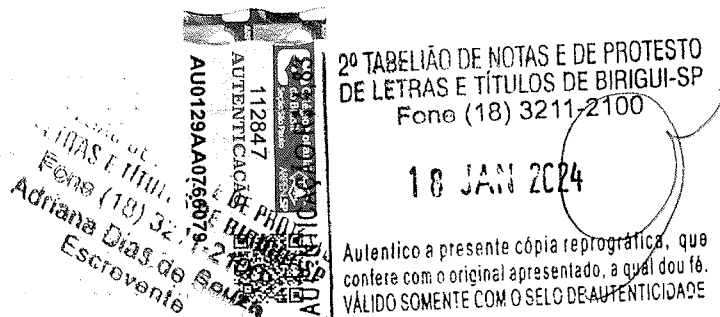
6.5.1. As Sócias comprometem-se, em consonância às disposições previstas na Cláusula 12.5. supra, a elegerem, dentre seus sócios e administradores, apenas 1 (um) representante para comparecer às Reuniões de Sócios da Sociedade, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

6.6. Fica permitida a participação das Sócias, por meios de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação remota, salvo se expressamente acordado de outra forma entre as Sócias.

6.7. As reuniões serão dispensadas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, conforme permite o parágrafo 3º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02 (Código Civil).

6.8. Compete privativamente à Reunião de Sócios, além de outras atribuições que lhe sejam outorgadas pelo presente instrumento ou pelas Leis aplicáveis, deliberar sobre as matérias abaixo, que exigirão, para sua aprovação, o voto afirmativo de Sócias titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social da Sociedade:

- a) A eleição e a destituição dos Diretores, em contrato social ou em ato apartado, seguida do correspondente termo de posse;
- b) Delimitação dos poderes e alçadas da Diretoria Executiva;
- c) A aprovação da política de remuneração dos Diretores;



- d) A aprovação das contas da Diretoria, deliberação sobre o balanço patrimonial e sobre o resultado econômico da Sociedade;
- e) A aprovação do orçamento anual e/ou plurianual apresentado pela Diretoria;
- f) A aprovação quanto à contratação de auditoria independente registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade;
- g) A aprovação do planejamento estratégico, elaborado pela Diretoria Executiva;
- h) Autorizar a Diretoria Executiva a celebrar contratos e ou realização de quaisquer negociações com Partes Relacionadas, as quais não poderão, em nenhuma hipótese, ser realizadas fora de condições de mercado ou de forma contrária aos interesses da Sociedade nos termos previstos no presente Acordo;
- i) A aprovação de qualquer operação estranha ao objeto social da Sociedade;
- j) A aprovação quanto aos termos e disposições de procurações que eventualmente tenham de ser outorgadas pela Sociedade e que transpassem os limites dos poderes e alçadas do Diretor Presidente Executivo.

6.9. Não obstante qualquer disposição em contrário no presente Contrato Social, ou em qualquer outro documento relacionado, as matérias abaixo deverão estar sujeitas à aprovação da Reunião de Sócios e exigirão, para sua aprovação o voto afirmativo das Sócias titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade:

- a) A aprovação e a modificação do contrato social da Sociedade, deliberação sobre incorporação, fusão, dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, bem como transformação do tipo societário;
- b) Definição, alteração e revogação da Política de Distribuição de Lucros;
- c) A aprovação quanto ao pedido de autofalência ou recuperação (judicial ou extrajudicial) da Sociedade;
- d) A aprovação, nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

VII. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

7.1. A administração da Sociedade será exercida pela Diretoria Executiva, que funcionará na forma prevista nesta Cláusula.

7.1.1. A Diretoria é o órgão executivo da administração da Sociedade, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, definida no presente contratos e nos respectivos Termos de Posse.

7.2. A composição e estrutura organizacional da Diretoria e de gestão da Sociedade será apresentada pelo Diretor Presidente Executivo e submetida à aprovação da Reunião de Sócios. Os Diretores serão eleitos e destituídos a qualquer momento pela Reunião de Sócios, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria será composta por, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 6 (seis) Diretores.

7.2.1. Os Diretores deverão ser residentes no Brasil, sócios ou não sócios, eleitos na forma da lei, por deliberação dos sócios representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social.



7.2.2. Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em Lei, dar-se-á a vacância definitiva do cargo quando o Diretor deixar o exercício durante o prazo do mandato por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, sem justa causa.

7.2.2.1. No caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o Diretor Presidente Executivo deverá indicar um substituto para assumir o cargo, que deverá ser eleito e empossado em sede de Reunião de Sócios.

7.2.3. A renúncia ao cargo de Diretor é feita mediante comunicação escrita à Diretoria, tornando-se eficaz, a partir deste momento, perante a Sociedade e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no Registro do Comércio.

7.3. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, observadas as atribuições dos membros da Diretoria previstas no presente Contrato Social ou nos respectivos termos de posse, ressalvados aqueles para os quais seja por Lei, por este Contrato Social ou pelo Acordo de Sócios vigente, atribuída como competência da própria Reunião de Sócios.

7.3.1. Os atos praticados pela Diretoria em inobservância ao disposto neste Contrato Social ou ao Acordo de Sócios vigente serão ineficazes perante a Sociedade e, caso resultem em prejuízos, poderão gerar a responsabilização dos Diretores que violarem o presente instrumento, em conformidade com as disposições do Código Civil, conforme segue:

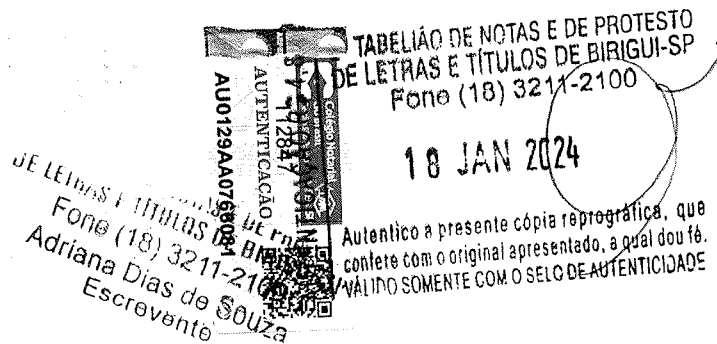
- a) O(s) Diretor(es) responde(m) solidariamente perante a Sociedade e aos terceiros prejudicados, por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções;
- b) O(s) Diretor(es), que sem o consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à Sociedade, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes e, se houver prejuízo, também responderá por estes;
- c) Responde(m) solidariamente perante a Sociedade, por perdas e danos, o(s) Diretor(es) que realizar(em) operação(ões), sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com suas competências e alçadas em dissonância ao objeto social da Sociedade.

7.3.2. É vedado aos Diretores, ainda que em conjunto, a prática de qualquer ato em que tenham (ainda que apenas um deles) conflito de interesses, sem que tenham obtido prévia autorização da Reunião de Sócios.

7.4. A sociedade remunerará os Diretores mediante o pagamento mensal de pró-labore, cuja fixação ocorrerá mediante votação das sócias, em sede de Reunião de Sócios, após análise de proposta de remuneração encaminhada previamente pelo Diretor Presidente Executivo.

7.5. A Sociedade será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) isolada do Diretor Presidente Executivo; (ii) de qualquer Diretor eleito e empossado, no Contrato Social ou em ato apartado, com ou sem designação específica, sempre em conjunto com o Diretor Presidente Executivo; (iii) por 1 (um) procurador, com poderes especiais outorgados pelo Diretor Presidente Executivo, agindo isoladamente e nos estritos limites do respectivo instrumento de mandato.

7.5.1. A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador com poderes especiais nos seguintes casos:



- a) Prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, juntas comerciais, órgãos de classe, ministérios, entes parastatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretarias, Secretária da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.
- b) Assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador;
- c) Assinatura de correspondência que não crie obrigações e ou responsabilidades para a Sociedade;
- d) Depoimentos judiciais ou representação da Sociedade em Juízo;
- e) Recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- f) Participação em licitações; e
- g) Registros em Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

7.5.2. As procurações serão sempre outorgadas pela Sociedade mediante assinatura do Diretor Presidente Executivo, cujos poderes limitar-se-ão, aos seus respectivos poderes e alçadas. A outorga de quaisquer poderes além do limite dos poderes e das alçadas do Diretor Presidente Executivo deverá ser submetida à aprovação da Reunião de Sócios, ficando permitido, também, o subestabelecimento de poderes, desde que seja por meio de procuração contendo poderes expressos e específicos, com prazo de vigência não superior a 01 (um) ano, com exceção das procurações a serem outorgadas com a cláusula *ad judicia*, que poderão ser firmadas para vigorar por prazo indeterminado.

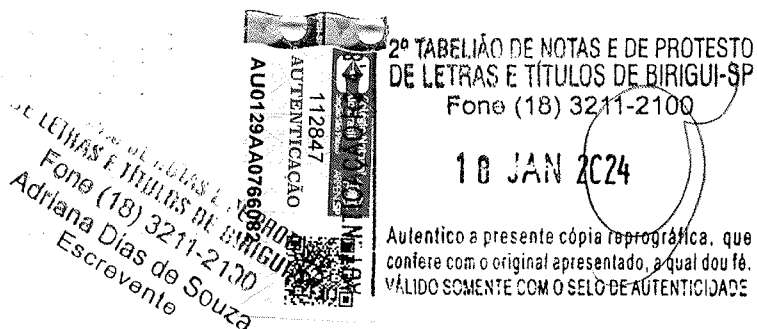
7.5.2.1. Em relação a regra estabelecida na Cláusula 13.5.1. acima, é vedado ao Diretor Presidente Executivo o subestabelecimento de poderes pertinentes a questões financeiras.

7.6. A Diretoria não é órgão colegiado, porém poderá se reunir sempre que convocada por qualquer Diretor, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência, por carta ou correio eletrônico (ambos com comprovante de recebimento), contendo a indicação da ordem do dia, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

7.7. Será elaborada e apresentada pela Diretoria Executiva, à Reunião de Sócios, anualmente, até o último dia do mês de novembro de cada exercício, proposta de Orçamento Anual e Plurianual da Sociedade, em que se projetará o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e o Fluxo de Caixa Indireto, para o exercício social seguinte, que, inclusive, deverá conter a política de metas para a Diretoria e todos os setores da Sociedade, bem como a proposta de remuneração atrelada às metas.

7.8. Complementarmente às demais disposições previstas no presente Contrato, compete exclusivamente à Diretoria Executiva:

- a) Conduzir a elaboração e execução de indicadores, comerciais, operacionais e administrativos;
- b) Conduzir a elaboração e execução de planos estratégicos e operacionais;
- c) Respeitar e assegurar as regras de governança corporativa por todos os membros da Diretoria Executiva;



- d) Prestar contas às Sócias e à Sociedade;
- e) Buscar alianças e parcerias;
- f) Preservar a integração da Sociedade com a comunidade e meio ambiente;
- g) Auxiliar as Sócias com suas reuniões periódicas, orientando a preparação das Reuniões de Sócios;
- h) Garantir a preservação dos valores da Sociedade;
- i) Coordenar a articulação das diferentes áreas;
- j) Avaliar a viabilidade de fazer recomendações de novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios a serem expostos e deliberados pelas Sócias;
- k) Conduzir as matérias e articular com órgãos governamentais e associações relacionadas à atividade da Sociedade;
- l) Solicitar e convocar a participação das Sócias para atividades específicas.

7.9. É nulo de pleno direito qualquer obrigação, financeira ou não, assumida em nome da Sociedade que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas nesse Contrato Social.

VIII. DA RETIRADA, DISSOLUÇÃO E SAÍDA DE SÓCIAS DA SOCIEDADE

8.1. No caso de uma das sócias desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar as outras, por escrito, observando as regras e prazos previstos na Cláusula Nona acima, quanto ao Direito de Preferência.

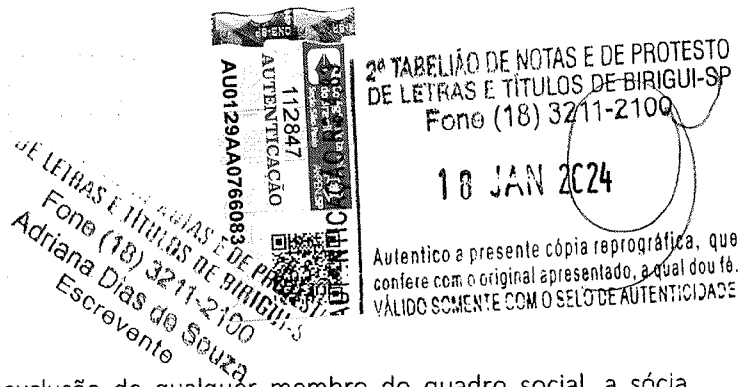
8.2. A Sócia Retirante e/ou dissolvida será paga por suas quotas e demais haveres na Sociedade a ser apurado por meio de Balanço Especial, que deverá levar em conta o valor apurado no laudo de avaliação econômica da Sociedade (*Valuation*), conforme disposto na Cláusula 17 abaixo, acrescido ou diminuído dos haveres e obrigações da Sócia para com a Sociedade ("Apuração dos Haveres")

8.3. A apuração dos haveres levará em conta os valores mantidos nas contas de ativo e passivo da Sociedade, portanto, representando direitos e obrigações em relação exclusivamente à(s) Sócia(s) Retirante(s) e/ou Dissolvida(s), tais como saldos de empréstimos/mútuos, juros sobre o capital próprio a pagar, lucros creditados e não pagos (a pagar), entre outros.

8.4. O valor apurado, conforme levantamento do Balanço Especial, deverá ser pago da seguinte forma: a) o correspondente a 10% (dez por cento) do valor em até 60 (sessenta dias), contados da data que der causa ao evento de apuração; b) 90% (noventa por cento) remanescentes serão pagos em 47 (quarenta e sete) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no mês subsequente à parcela prevista na alínea "a" acima, com vencimento para o dia 20 (vinte) de cada mês.

8.5. As parcelas previstas no item 15.4. acima serão corrigidas pelo CDI (Certificados de Depósitos Interfinanceiros), ou em sua falta, outro índice que por consenso identifique corretamente a variação monetária.

8.6. Caso haja decisão unânime por parte da(s) Sócia(s) Remanescente(s), os prazos mencionados neste item, poderão, desde que não afetem a situação econômico-financeiro da Sociedade, ser modificados para período inferior ao estipulado.



Parágrafo Único - Quando de eventual e futura exclusão de qualquer membro do quadro social, a sócia retirante, após quitar todas as suas obrigações com a pessoa jurídica da qual foi integrante, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades assumidas posteriormente à data de sua saída.

IX. DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

9.1. Os lucros apurados nos balanços encerrados anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, terão o destino que melhor convier às sócias, conforme deliberação em ata devidamente formalizada, observadas as disposições previstas no presente Contrato. A distribuição observará, via de regra, a participação de cada uma das sócias na sociedade, ficando permitida, contudo, a distribuição desproporcional de lucros. No caso de verificarem prejuízos, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos em lucros futuros.

9.2. Fica estipulado o limite máximo de 30% (trinta por cento) a ser distribuído anualmente a título de lucros, cujo cálculo se dará sobre o lucro líquido do exercício, salvo se deliberado em sentido contrário e excepcionalmente pela Reunião de Sócios mediante justificativas e fundamentações plausíveis e desde que não prejudiquem o caixa da Sociedade e/ou demais reservas necessárias.

9.4. Balanços Intermediários de Lucros. Observado o disposto nas Leis aplicáveis, as Sócios poderão determinar o levantamento de balanços intermediários, sendo que:

- a) As Sócios poderão determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e com base neles aprovar crédito, o pagamento de lucros ou juros sobre o capital próprio intermediário. Tais lucros e juros sobre o capital próprio também serão imputados aos lucros que couberem às Sócios
- b) As Sócios acordam que serão deduzidas da parcela do lucro líquido devida a cada Sócia ao final de qualquer exercício social todo o montante previamente distribuído a tal Sócia no referido exercício, a título de antecipação de lucros pagos, nos termos da Cláusula 17.4, alínea "a", de forma a não prejudicar as parcelas do lucro líquido devidas aos demais.

X. DO VALOR ECONÔMICO DA SOCIEDADE

10.1. Para os fins dispostos no presente Acordo, em especial quando qualquer das Sócios pretenda alienar suas Quotas e não haja um Comprador Potencial, tampouco haja aceitação da Sócia Ofertante quanto à proposta enviada pela Sócia Ofertada em relação ao Direito de Primeira Oferta e, ainda assim, a Sócia Ofertante queira exercer o seu direito de retirada, fica acordado como critério para apuração do Valor Econômico da Sociedade a realização de um laudo de avaliação econômica (*Valuation*), com métodos objetivos a serem definidos em comum acordo entre as Sócios.

10.2. O estudo e apuração do Valor Econômico da Sociedade (*Valuation*) será realizada quando da ocorrência de qualquer evento que o justifique e deverá ser atualizado a cada 1 (um) ano, a contar do aniversário da realização do *Valuation*, salvo se deliberado em sentido contrário pela Reunião de Sócios.



10.3. O Estudo de Valor Econômico (*Valuation*) deverá ser realizado por empresa especializada, indicada e aprovada pela Reunião de Sócios, não podendo ser a mesma empresa que tiver auditado o balanço da Sociedade nos últimos 2 (dois) anos. Tal Estudo será contratado e custeado pela própria Sociedade, sendo certo que, em havendo discordância quanto aos valores apresentados por qualquer das Sócias, eventuais Sócias discordantes ou Sócia discordante deverá(ão), à(s) sua(s) expensas contratar a realização de novo estudo, com uma segunda empresa especializada e, caso os valores apresentados pela primeira e segunda empresa apresentem uma variação de até 10% (dez por cento), ter-se-á, por Valor Econômico da Sociedade, o resultado da média dos dois valores apresentados.

10.3.1. Caso seja verificada uma divergência de mais de 10% (dez por cento) sobre os valores apresentados em ambos os estudos, uma terceira empresa especializada deverá ser contratada, a ser escolhida em comum Acordo entre as Sócias, para realização de uma terceira opinião, notadamente acerca dos dois primeiros laudos já realizados, devendo, então, apresentar seu parecer quanto aos valores apurados, validando, entre os dois *Valuations* apresentados, qual aquele que melhor se aplica à Sociedade, face aos métodos a serem considerados.

XI. DA SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

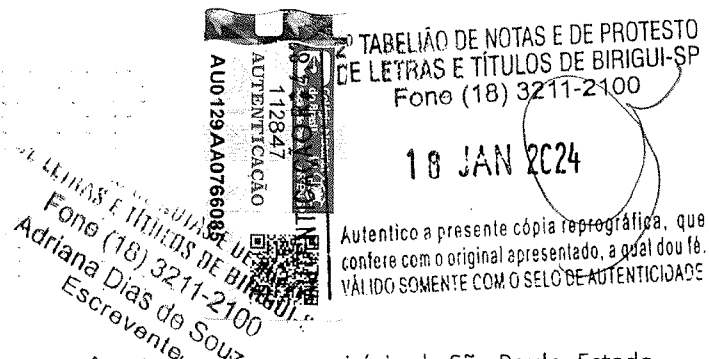
11.1. As Sócias estabelecem, como princípio norteador de suas relações como tais, a solução racional e amigável de eventuais controvérsias entre si, optando pela utilização da mediação e da arbitragem, sempre que necessário, observadas as disposições a seguir.

11.2. As Sócias envidarão seus melhores esforços para solucionar amigavelmente qualquer divergência oriunda deste Contrato e da sua relação. Não sendo possível, contudo, chegarem a uma solução amigável sem a intervenção de terceiros, as Sócias, desde já, concordam que todo e qualquer litígio ou controvérsia originário ou decorrente do presente Contrato e da sua relação como sócias, inclusive aqueles relativos à sua existência, validade, eficácia, cumprimento ou interpretação e suas consequências ("Disputas"), serão submetidos, de forma prévia e obrigatória, à mediação, de acordo com as disposições previstas abaixo.

11.2.1. Qualquer Disputa deverá ser submetida à mediação, sob a administração da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp ("Câmara"), de acordo com as regras do Regulamento de Mediação em vigor à época da apresentação do requerimento, exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre as Sócias.

11.3. Não sendo possível chegar a uma solução amigável por meio da mediação, e somente após ter a Sócia demandante comparecido à primeira sessão de mediação, as Sócias desde já concordam que toda e qualquer Disputa originária ou decorrente do presente Contrato, será definitivamente decidida por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, e de acordo com as disposições a seguir.

11.3.1. Qualquer Disputa deverá ser submetida a arbitragem perante a mesma Câmara junto à qual tenha sido realizado o procedimento de mediação, de acordo com o Regulamento de Arbitragem em vigor à época da apresentação do requerimento, exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre as Sócias.



11.3.2. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português e terá sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, onde o laudo arbitral deverá ser proferido. Os árbitros não terão poderes para decidir qualquer Disputa com base em regras de equidade.

11.3.3. Uma vez devidamente constituído, o Tribunal Arbitral deterá competência exclusiva para a decretação de quaisquer medidas cautelares ou de urgência.

11.3.4. O laudo arbitral será final e resolverá definitivamente a Disputa entre as partes objeto da arbitragem e, tal como quaisquer ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral, vinculará as Sócias e seus sucessores, podendo ser objeto de execução perante qualquer foro que possua jurisdição sobre a matéria, as Partes ou bens relevantes.

11.4. A mediação e a arbitragem serão confidenciais e as Sócias não deverão revelar a nenhum terceiro nenhuma informação ou documentação apresentada na mediação e/ou na arbitragem, que não seja de domínio público, ou provas ou materiais produzidos em razão da mediação e/ou da arbitragem, ou qualquer ordem ou laudo proferido na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de lei ou regulamentação; (ii) vise a proteger um direito; (iii) seja necessária para a execução judicial do laudo arbitral; ou (iv) seja necessária para a obtenção de aconselhamento legal, regulatório, financeiro, contábil ou similares. Todas e quaisquer controvérsias relativas à confidencialidade, objeto desta Cláusula, deverão ser decididas pelo Tribunal Arbitral.

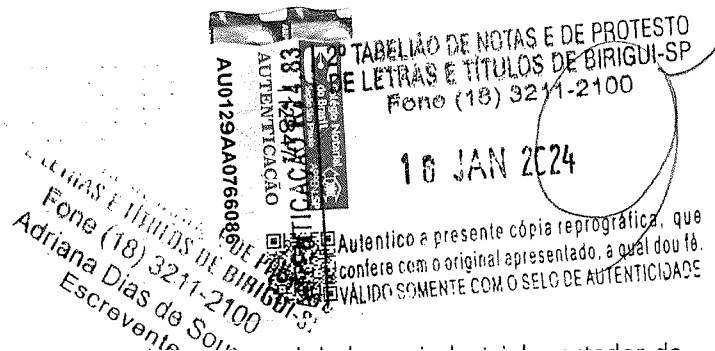
11.5. Sem prejuízo da presente cláusula escalonada, as Sócias elegem o foro da comarca de Birigui, Estado de São Paulo – renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja – para processar e julgar quaisquer demandas relativas: (i) à instalação da mediação e/ou da arbitragem; e (ii) à concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral. A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada pela Parte demandante da medida à Câmara e poderá ser confirmada, modificada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral tão logo este seja constituído.

As sócias, de comum acordo, deliberam por alterar e adequar a integralidade do Contrato Social e consolidá-lo de forma integral, promovendo a completa adequação de suas cláusulas no que acreditam ser necessário.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA I.T.B. EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA.

CNPJ n.º 46.151.130/0001-26
NIRE n.º 35.202.231.771

LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.622.035/0001-63, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239242261, com sede na Rua Saudades, nº 194, Centro, CEP 16.200-005, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio ANTONIO LIRANÇO,



AOT PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.521.409/0001-54, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239190342, com sede na Rua Silvio Vieira Coelho, nº 500, Centro, CEP 16.200-073, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio **ANTONIO OSMAR TASCHIN**,

MCS PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.559.820/0001-19, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239212389, com sede na Rua Padre Geraldo Goseling, nº 1.242, Apto 84, bairro Jardim Nossa Senhora de Fátima, CEP 16.200-768, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada pelos sócios **CELSO CRESPI SANCHES**,

e **SELMA SANCHES MOMESSO**,

H. GAJARDONE PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.604.326/0001-29, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239233661, com sede na Avenida São Francisco, nº 586, apartamento nº 51, Condomínio Residencial Ilha Bela, bairro Jardim Pérola, CEP 16.200-260, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio **HAMILTON GAJARDONE**,

M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.571.761/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239218476, com sede na Rodovia Senador Teotônio Vilella, S/N, Rua Topázios, nº 16, Condomínio Residencial Guatambu Park, CEP 16.206-115, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada pelosor seus sócios **AUREA DE SOUZA SANCHES**,



e VANDER DE SOUZA SANCHES,

W. SANCHEZ PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.522.186/0001-40, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35239190768, com sede na Rua Olho d'Água, nº 161, bairro Villa do Chafariz, CEP 16.200-861, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio WALDEMAR SANCHEZ

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO TIPO JURÍDICO DA SOCIEDADE

1.1. A sociedade é do tipo SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, dela fazendo parte, como integrantes, as sócias devidamente nomeadas e retro qualificadas, arroladas na CLÁUSULA SEXTA, do capital social, adiante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

2.1. A sociedade gira sob o nome empresarial de I.T.B. – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA.

Parágrafo Único - Somente a sociedade utilizará as marcas "I.T.B." e "BIRIGUI" conforme os respectivos registros depositados no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ESTABELECIMENTO MATRIZ

3.1. O estabelecimento matriz e sede social da sociedade é na Rua Devanir Terence, nº 161, Parque Industrial Raif Mehana Rahal, CEP 16206-012, na cidade, município e comarca de Birigui, Estado de São Paulo, podendo, entretanto, abrir filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA QUARTA - DAS FILIAIS

4.1. A sociedade possui as seguintes filiais:

a) Filial Nº. 01, aberta em 03 de Setembro de 2.012, pela alteração do Contrato Social arquivada na JUCESP sob nº 418.154/12-0, em sessão de 15 de outubro de 2.012, NIRE sob nº 21.900.240.242, CNPJ sob nº 46.151.130/0004-79, Inscrição Estadual sob nº 12397308-2 e Inscrição Municipal sob nº 0008468600-0, com atividade principal de "Comercialização dos produtos fabricados pelo estabelecimento Matriz, reformas, manutenção, testes e análises técnicas de equipamentos e aparelhos elétricos em geral", CNAE 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças e atividades secundárias CNAE 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores



elétricos e CNAE 7120-1/00 – Testes e análises técnicas, na Rodovia BR 135, s/nº - km 1, bairro São Cristóvão, CEP 65010-000, na cidade e município de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, com Capital atribuído, destacado do Capital do estabelecimento Matriz de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

b) Filial Nº. 02, aberta em 25 de Junho de 2.018, pela alteração do Contrato Social arquivada na JUCESP sob nº 376.819/18-2, em sessão de 20 de agosto de 2.018, NIRE sob nº 15.900.492.883, CNPJ sob nº 46.151.130/0006-30, Inscrição Estadual son nº 15-638.475-2, com atividade principal de “Comercialização dos produtos fabricados pelo estabelecimento Matriz, reformas, manutenção, testes e análises técnicas de equipamentos e aparelhos elétricos em geral”, atividade principal CNAE 4669-9/99 – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças e atividades secundárias CNAE 3313-9/01 – Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos e CNAE 7120-1/00 – Testes e análises técnicas, na Rodovia Augusto Montenegro, km 8,5, s/nº Bloco L, bairro Coqueiro, CEP 66823- 010, na cidade e município de Belém, estado do Pará com capital atribuído, destacado do capital do estabelecimento matriz de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

CLÁUSULA QUINTA - DO OBJETO SOCIAL

5.1. O objeto social é a fabricação, comercialização, representação, reformas, manutenção, testes e análises técnicas de equipamentos e aparelhos elétricos em geral.

CLÁUSULA SEXTA – CAPITAL SOCIAL

6.1. O capital social é de R\$ 6.000.014,00 (seis milhões e quatorze reais), dividido em 6.000.014 (seis milhões e quatorze) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País e distribuído entre as sócias da seguinte forma:

Sócias	Quotas	Valor em R\$	%
LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
AOT PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
MCS PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.004	R\$ 1.000.004,00	16,666%
H. GAJARDONE PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
W. SANCHEZ PARTICIPAÇÕES LTDA	1.000.002	R\$ 1.000.002,00	16,666%
TOTAL	6.000.014	R\$ 6.000.014,00	100,000%

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo. As sócias não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelecem os arts. 1.054 e 997, VII do Código Civil.



Parágrafo Terceiro. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas confere a sua titular o direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Quarto. É vedado às Sócias caucionar, empenhar ou de qualquer forma onerar, no todo ou em parte, as quotas por elas detidas.

Parágrafo Quinto. As quotas somente poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, se respeitado o direito de preferência assegurado às demais Sócias, conforme disposições constantes do presente Contrato e demais resoluções previstas entre si em sede de Acordo de Sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

7.1. A sociedade iniciou suas atividades em 10 de junho de 1.974, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

8.1. As quotas são indivisíveis, sendo proibida a criação de quaisquer ônus sobre elas, bem como não poderão ser cedidas ou transferidas total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a terceiros sem a exata observância do disposto nesta e demais cláusulas contratuais aplicáveis, em especial a CLÁUSULA VIGÉSIMA ("DO VALOR ECONÔMICO DA SOCIEDADE").

8.2. Para que as quotas e/ou direitos a elas relacionados sejam validamente transferidos, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, é necessário o prévio consentimento, por escrito, das sócias titulares de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social, não sendo computadas, para fins desse cálculo, as quotas da sócia que deseja transferir parte ou a integralidade de suas quotas.

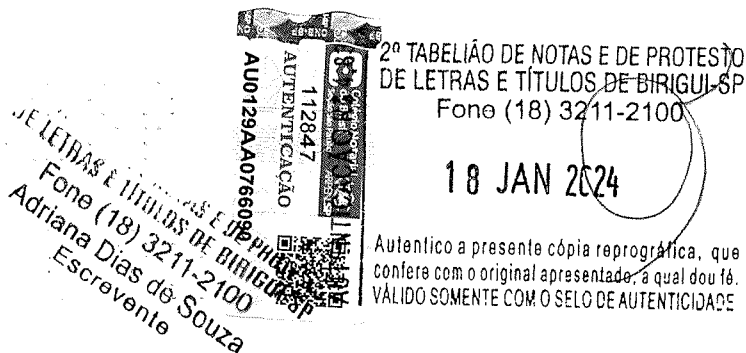
8.3. É dever da sócia que deseja transferir parte ou a integralidade de suas quotas e/ou dos direitos a elas relacionados, encaminhar notificação à Sociedade do seu intento, juntamente com cópia para as demais sócias, sempre por escrito, informando o número de quotas de sua titularidade que deseja transferir, sendo assegurado as sócias, dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento das respectivas notificações, manifestarem o direito de primeira oferta e prioridade para aquisição das quotas.

8.4. Ocorrendo situação em que mais de uma sócia deseje exercer o direito de primeira oferta, será observada a proporção que cada uma delas detiver no capital social da Sociedade à época do exercício de tal direito, excluída, para fins desse cálculo, a participação da sócia ofertante das quotas sociais ou direitos a ela inerentes.

8.5. Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de quotas que viole o disposto neste Contrato Social será nula e ineficaz em relação à sociedade.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1. As quotas são intransferíveis a qualquer título, não podendo ser vendidas, cedidas, transferidas, alienadas ou conferidas ao capital de outra sociedade ou, de qualquer outra maneira, alienadas ou prometidas alienar,



no todo ou em parte, direta ou indiretamente, a terceiros, salvo expressa previsão em sentido contrário no presente Contrato, sem antes ter sido observado o direito de preferência conferido e assegurado às sócias remanescentes, bem como as demais regras e ordem de direito de preferência abaixo fixadas.

9.2. A sócia que desejar alienar suas quotas sociais a qualquer título deverá encaminhar uma notificação à Sociedade, com cópia para as demais Sócias, por escrito, informando o número de quotas de sua titularidade que pretende transferir.

9.3. Na eventualidade de mais de uma sócia desejar adquirir as quotas ofertadas, observar-se-á o rateio proporcional à participação dos sócios no capital social.

Parágrafo Primeiro - Se, nos 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento de tal notificação, as demais sócias não se manifestarem, ou não adquirirem a totalidade das quotas da sócia ofertante, em segunda ordem de preferência, deverão as quotas serem ofertadas à Sociedade, cabendo às sócias remanescentes, em sede de Reunião de Sócios, deliberar pela aquisição, pela própria Sociedade, da integralidade ou parte das quotas, as quais serão mantidas em tesouraria, podendo, eventualmente, serem convertidas em futuro aumento de capital respeitadas as proporções das demais Sócias já existentes.

Parágrafo Segundo - Após o recebimento de propostas das Sócias ofertadas ou renúncia, expressa ou tácita, bem como renúncia, expressa ou tácita, por parte da Sociedade, a Sócia Ofertante deverá oferecer as quotas que pretende alienar aos sócios pessoas físicas das Sócias da presente Sociedade, ou seja, seus quotistas e demais membros das famílias de cada núcleo das Sócias, limitado até o 3º (terceiro) grau, os quais que terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do fim do prazo para o direito das Sócias ofertadas para apresentarem propostas, mediante o envio de notificação, conforme indicado no item 9.2. acima.

Parágrafo Terceiro - Somente após receber as propostas das sócias ofertadas ou a renúncia, expressa ou tácita, das sócias ofertadas ao exercício do seu direito de aquisição de quotas da sócia ofertante, da própria Sociedade e dos sócios pessoas físicas das Sócias da presente Sociedade, ou seja, seus quotistas e demais membros das famílias de cada núcleo das Sócias, limitado até o 3º (terceiro) grau, conforme disposto no Parágrafo Primeiro acima, a Sócia Ofertante poderá captar propostas junto a terceiros.

Parágrafo Quarto - Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de quotas que viole o disposto neste Contrato Social, será nula e ineficaz em relação à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA ("TAG ALONG")

10.1. Caso qualquer uma das Sócias ("Sócia Alienante") receba uma proposta de aquisição de suas quotas e pretenda aliená-las, as demais Sócias terão o direito (mas não a obrigação), a seu critério, de exercer o Direito de Preferência previsto na Cláusula Oitava, ou de vender, na mesma operação, as suas quotas: (i) em proporção idêntica à sua participação no capital social da Sociedade; (ii) pelo mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas à Sócia Alienante, sempre considerado o número total de Quotas objeto da Proposta de Aquisição.



10.2. Para fins de esclarecimento, o número total de Quotas que estiver sendo ofertadas ao terceiro deverá permanecer inalterado, devendo o número de Quotas a ser vendido por cada Sócia que aderir ao Direito de Venda Conjunta ser calculado de forma proporcional à sua participação no capital social.

10.3. Para fins do exercício do Direito de Venda Conjunta ("Tag Along"), a Sócia Alienante (que recebeu a oferta de terceiro) deverá comunicar sua intenção às demais Sócias por escrito, mencionando as condições da Proposta de Aquisição, incluindo o nome do potencial terceiro adquirente, o preço ofertado, a forma de pagamento, número de Quotas envolvidas e as demais condições oferecidas pelo terceiro na aquisição, indicando a sua intenção em aceitar a proposta.

10.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação indicada no item 10.3 acima, cada uma das Sócias Ofertadas deverão informar a Sócia Alienante por escrito, de sua intenção de exercer o Direito de Preferência previsto na Cláusula 8 do presente instrumento ou o Direito de Venda Conjunta aqui previsto.

10.3.2. Exercido o Direito de Venda Conjunta, a compra das Quotas detidas pela Sócia Alienante e pela Sócia Ofertada que concordar com o "Tag Along" deverá efetivar-se dentro do prazo previsto na Proposta de Aquisição.

10.3.3. Não comporta retratação a decisão da Sócia Ofertante que exercer o Direito de Preferência ou o Direito de Venda Conjunta. Não tendo sido exercido o Direito de Preferência por nenhuma das Sócias e nem pela Sociedade, o terceiro adquirente (i) adquirirá a totalidade das Quotas que forem objeto da oferta e do Tag Along, de maneira *pro rata* ao número de Quotas Ofertadas na Proposta de Aquisição em relação ao número de Quotas detidas pela Sócia Alienante e pelas Sócias Ofertadas que aceitaram o Tag Along.

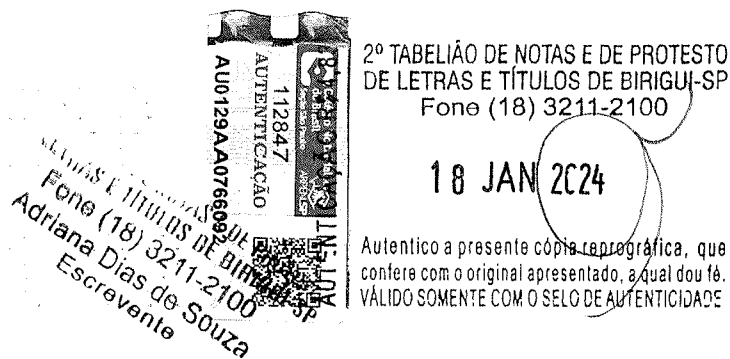
10.4. Se qualquer condição prevista na Notificação de Oferta for modificada, ou se a cessão e transferência da propriedade das Quotas prevista no item 10.3.3. acima não for realizada no prazo de 90 (noventa) dias da data do recebimento da notificação do exercício do Direito de Venda Conjunta, o procedimento estabelecido no presente instrumento deverá ser obrigatoriamente repetido.

10.4.1. Como condição para validade da operação, a cessão e transferência de Quotas devem ser realizadas no mesmo preço e nas mesmas condições informadas às Sócias Ofertadas na Notificação de Oferta, sendo que o terceiro deverá aderir integralmente aos termos e condições do Acordo de Sócios vigente, mediante assinatura do correspondente termo de adesão.

10.5. Qualquer venda, transferência, cessão ou disposição de Quotas que viole o disposto nesta Cláusula será nula de pleno direito e ineficaz perante as Sócias e a Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÃO DE VENDA CONJUNTA ("DRAG ALONG")

11.1. Observado primeiramente o Direito de Preferência, se qualquer das Sócias desejar vender ou receber uma proposta de terceiro para transferir a totalidade das quotas de sua titularidade, condicionada à aquisição da totalidade das quotas da Sociedade, as demais Sócias, se requeridas por Sócias que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital votante da Sociedade, e desde que não exerçam o Direito



de Preferência, se obrigam a participar da operação, nas mesmas condições, inclusive de preço e pagamento, em bases pro-rata, proporcionalmente ao número de quotas de cada uma ("Obrigação de Drag Along").

11.2. Para tanto, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, as Sócias deverão efetuar a transferência de suas quotas, na operação de venda da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, sendo certo que o terceiro somente poderá adquirir todas as quotas da Sociedade conjuntamente e em conformidade com o disposto nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DELIBERAÇÃO DAS SÓCIAS E DA REUNIÃO DE SÓCIOS

12.1. As sócias reunir-se-ão, no mínimo, anualmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer Sócia da Sociedade, por meio de comunicação escrita com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, desde que com a confirmação de seu recebimento aos destinatários, encaminhados a cada uma das Sócias, com cópia à respectiva Sociedade, e as suas resoluções ou decisões constarão no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria".

12.2. Independentemente da observância das formalidades de convocação descritas no artigo 1.152, §3º do Código Civil, será considerada regular a Reunião de Sócios a que comparecerem todas as Sócias ou se estas se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, nos termos do disposto no artigo 1.072, §2º do Código Civil.

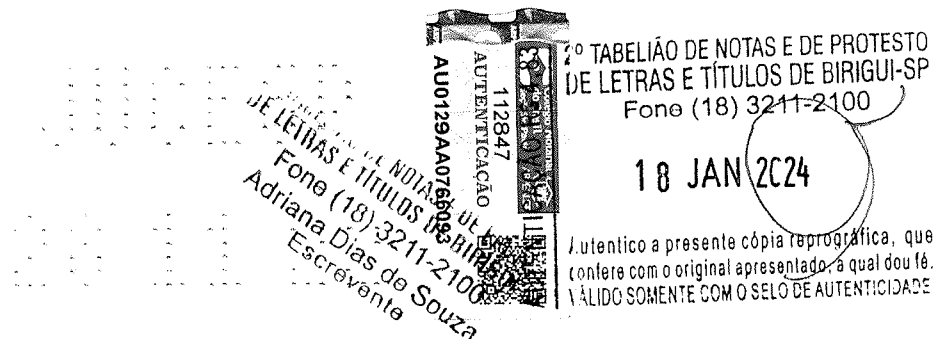
12.3. A Convocação da Reunião de Sócios deverá ser enviada com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data marcada para a realização de cada Reunião. Em caso de não instalação da Reunião de Sócios em primeira convocação, a segunda convocação deve, igualmente, ser enviada com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da nova data marcada para a realização da Reunião de Sócios.

12.4. Em primeira convocação, as Reuniões de Sócios instalar-se-ão com a presença de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social. Caso a Reunião de Sócios não possa ser instaurada em primeira convocação, por não atingimento do número mínimo de Sócios presentes, deverá ser realizada uma segunda convocação para a Reunião de Sócios, seguindo novamente o procedimento previsto no item 12.3. acima. As Reuniões de Sócios instalar-se-ão, em segunda convocação, com a presença de quantas Sócios estiverem presentes.

12.5. As Sócios comparecerão às Reuniões de Sócios pessoalmente ou por procurador, devendo este ser sócio ou administrador da sociedade, devidamente constituído por instrumento de mandato válido e com poderes específicos para comparecimento à Reunião e para assinatura da respectiva Ata de Reunião de Sócios, admitindo-se que o procurador ou representante da Sócia seja portador de voto por escrito. A outorga de procuração deverá observar as restrições legais aplicáveis, não sendo admitida a constituição de procurador que tenha interesse conflitante com os da Sociedade.

12.5.1. As Sócios comprometem-se, em consonância às disposições previstas na Cláusula 12.5. supra, a elegerem, dentre seus sócios e administradores, apenas 1 (um) representante para comparecer às Reuniões de Sócios da Sociedade, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

12.6. Fica permitida a participação das Sócios, por meios de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação remota, salvo se expressamente acordado de outra forma entre as Sócios.



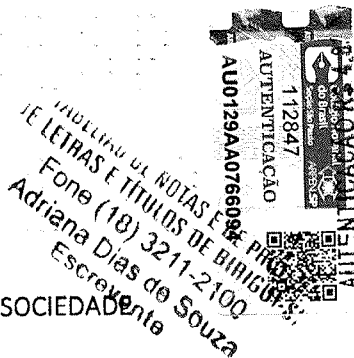
12.7. As reuniões serão dispensadas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, conforme permite o parágrafo 3º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02 (Código Civil).

12.8. Compete privativamente à Reunião de Sócios, além de outras atribuições que lhe sejam outorgadas pelo presente instrumento ou pelas Leis aplicáveis, deliberar sobre as matérias abaixo, que exigirão, para sua aprovação, o voto afirmativo de Sócios titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social da Sociedade:

- a) A eleição e a destituição dos Diretores, em contrato social ou em ato apartado, seguida do correspondente termo de posse;
- b) Delimitação dos poderes e alçadas da Diretoria Executiva;
- c) A aprovação da política de remuneração dos Diretores;
- d) A aprovação das contas da Diretoria, deliberação sobre o balanço patrimonial e sobre o resultado econômico da Sociedade;
- e) A aprovação do orçamento anual e/ou plurianual apresentado pela Diretoria;
- f) A aprovação quanto à contratação de auditoria independente registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade;
- g) A aprovação do planejamento estratégico, elaborado pela Diretoria Executiva;
- h) Autorizar a Diretoria Executiva a celebrar contratos e ou realização de quaisquer negociações com Partes Relacionadas, as quais não poderão, em nenhuma hipótese, ser realizadas fora de condições de mercado ou de forma contrária aos interesses da Sociedade nos termos previstos no presente Acordo;
- i) A aprovação de qualquer operação estranha ao objeto social da Sociedade;
- j) A aprovação quanto aos termos e disposições de procurações que eventualmente tenham de ser outorgadas pela Sociedade e que transpassem os limites dos poderes e alçadas do Diretor Presidente Executivo.

12.9. Não obstante qualquer disposição em contrário no presente Contrato Social, ou em qualquer outro documento relacionado, as matérias abaixo deverão estar sujeitas à aprovação da Reunião de Sócios e exigirão, para sua aprovação o voto afirmativo das Sócios titulares de Quotas representativas de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade:

- a) A aprovação e a modificação do contrato social da Sociedade, deliberação sobre incorporação, fusão, dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, bem como transformação do tipo societário;
- b) Definição, alteração e revogação da Política de Distribuição de Lucros;
- c) A aprovação quanto ao pedido de autofalência ou recuperação (judicial ou extrajudicial) da Sociedade;
- d) A aprovação, nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

13.1. A administração da Sociedade será exercida pela Diretoria Executiva, que funcionará na forma prevista nesta Cláusula.

13.1.1. A Diretoria é o órgão executivo da administração da Sociedade, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, definida no presente contratos e nos respectivos Termos de Posse.

13.2. A composição e estrutura organizacional da Diretoria e de gestão da Sociedade será apresentada pelo Diretor Presidente Executivo e submetida à aprovação da Reunião de Sócios. Os Diretores serão eleitos e destituídos a qualquer momento pela Reunião de Sócios, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria será composta por, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 6 (seis) Diretores.

13.2.1. Os Diretores deverão ser residentes no Brasil, sócios ou não sócios, eleitos na forma da lei, por deliberação dos sócios representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do capital social.

13.2.2. Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em Lei, dar-se-á a vacância definitiva do cargo quando o Diretor deixar o exercício durante o prazo do mandato por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, sem justa causa.

13.2.2.1. No caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o Diretor Presidente Executivo deverá indicar um substituto para assumir o cargo, que deverá ser eleito e empossado em sede de Reunião de Sócios.

13.2.3. A renúncia ao cargo de Diretor é feita mediante comunicação escrita à Diretoria, tornando-se eficaz, a partir deste momento, perante a Sociedade e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no Registro do Comércio.

13.3. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, observadas as atribuições dos membros da Diretoria previstas no presente Contrato Social ou nos respectivos termos de posse, ressalvados aqueles para os quais seja por Lei, por este Contrato Social ou pelo Acordo de Sócios vigente, atribuída como competência da própria Reunião de Sócios.

13.3.1. Os atos praticados pela Diretoria em inobservância ao disposto neste Contrato Social ou ao Acordo de Sócios vigente serão ineficazes perante à Sociedade e, caso resultem em prejuízos, poderão gerar a responsabilização dos Diretores que violarem o presente instrumento, em conformidade com as disposições do Código Civil, conforme segue:

- a) O(s) Diretor(es) responde(m) solidariamente perante a Sociedade e aos terceiros prejudicados, por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções;
- b) O(s) Diretor(es), que sem o consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à Sociedade, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes e, se houver prejuízo, também responderá por estes;



- c) Responde(m) solidariamente perante a Sociedade, por perdas e danos, o(s) Diretor(es) que realizar(em) operação(ões), sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com suas competências e alçadas em dissonância ao objeto social da Sociedade.

13.3.2. É vedado aos Diretores, ainda que em conjunto, a prática de qualquer ato em que tenham (ainda que apenas um deles) conflito de interesses, sem que tenham obtido prévia autorização da Reunião de Sócios.

13.4. A sociedade remunerará os Diretores mediante o pagamento mensal de pró-labore, cuja fixação ocorrerá mediante votação das sócias, em sede de Reunião de Sócios, após análise de proposta de remuneração encaminhada previamente pelo Diretor Presidente Executivo.

13.5. A Sociedade será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) isolada do Diretor Presidente Executivo; (ii) de qualquer Diretor eleito e empossado, no Contrato Social ou em ato apartado, com ou sem designação específica, sempre em conjunto com o Diretor Presidente Executivo; (iii) por 1 (um) procurador, com poderes especiais outorgados pelo Diretor Presidente Executivo, agindo isoladamente e nos estritos limites do respectivo instrumento de mandato.

13.5.1. A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) procurador com poderes especiais nos seguintes casos:

- a) Prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, juntas comerciais, órgãos de classe, ministérios, entes parastatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretarias, Secretária da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.
- b) Assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador;
- c) Assinatura de correspondência que não crie obrigações e ou responsabilidades para a Sociedade;
- d) Depoimentos judiciais ou representação da Sociedade em Juízo;
- e) Recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- f) Participação em licitações; e
- g) Registros em Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

13.5.2. As procurações serão sempre outorgadas pela Sociedade mediante assinatura do Diretor Presidente Executivo, cujos poderes limitar-se-ão, aos seus respectivos poderes e alçadas. A outorga de quaisquer poderes além do limite dos poderes e das alçadas do Diretor Presidente Executivo deverá ser submetida à aprovação da Reunião de Sócios, ficando permitido, também, o subestabelecimento de poderes, desde que seja por meio de procuração contendo poderes expressos e específicos, com prazo de vigência não superior a 01 (um) ano, com exceção das procurações a serem outorgadas com a cláusula *ad judicia*, que poderão ser firmadas para vigorar por prazo indeterminado.

13.5.2.1. Em relação a regra estabelecida na Cláusula 13.5.1. acima, é vedado ao Diretor Presidente Executivo o subestabelecimento de poderes pertinentes a questões financeiras.



13.6. A Diretoria não é órgão colegiado, porém poderá se reunir sempre que convocada por qualquer Diretor, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência, por carta ou correio eletrônico (ambos com comprovante de recebimento), contendo a indicação da ordem do dia, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

13.7. Será elaborada e apresentada pela Diretoria Executiva, à Reunião de Sócios, anualmente, até o último dia do mês de novembro de cada exercício, proposta de Orçamento Anual e Plurianual da Sociedade, em que se projetará o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e o Fluxo de Caixa Indireto, para o exercício social seguinte, que, inclusive, deverá conter a política de metas para a Diretoria e todos os setores da Sociedade, bem como a proposta de remuneração atrelada às metas.

13.8. Complementarmente às demais disposições previstas no presente Contrato, compete exclusivamente à Diretoria Executiva:

- a) Conduzir a elaboração e execução de indicadores, comerciais, operacionais e administrativos;
- b) Conduzir a elaboração e execução de planos estratégicos e operacionais;
- c) Respeitar e assegurar as regras de governança corporativa por todos os membros da Diretoria Executiva;
- d) Prestar contas às Sócias e à Sociedade;
- e) Buscar alianças e parcerias;
- f) Preservar a integração da Sociedade com a comunidade e meio ambiente;
- g) Auxiliar as Sócias com suas reuniões periódicas, orientando a preparação das Reuniões de Sócios;
- h) Garantir a preservação dos valores da Sociedade;
- i) Coordenar a articulação das diferentes áreas;
- j) Avaliar a viabilidade de fazer recomendações de novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios a serem expostos e deliberados pelas Sócias;
- k) Conduzir as matérias e articular com órgãos governamentais e associações relacionadas à atividade da Sociedade;
- l) Solicitar e convocar a participação das Sócias para atividades específicas.

13.9. É nulo de pleno direito qualquer obrigação, financeira ou não, assumida em nome da Sociedade que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas nesse Contrato Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REGÊNCIA SUPLETIVA

14.1. A regência supletiva da sociedade dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei 6.404/76, sendo, no entanto, dispensada a publicação de balanço e demonstrações financeiras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RETIRADA, DISSOLUÇÃO E SAÍDA DE SÓCIAS DA SOCIEDADE

15.1. No caso de uma das sócias desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar as outras, por escrito, observando as regras e prazos previstos na Cláusula Nona acima, quanto ao Direito de Preferência.



15.2. A Sócia Retirante e/ou dissolvida será paga por suas quotas e demais haveres na Sociedade a ser apurado por meio de Balanço Especial, que deverá levar em conta o valor apurado no laudo de avaliação econômica da Sociedade (*Valuation*), conforme disposto na Cláusula 17 abaixo, acrescido ou diminuído dos haveres e obrigações da Sócia para com a Sociedade ("Apuração dos Haveres")

15.3. A apuração dos haveres levará em conta os valores mantidos nas contas de ativo e passivo da Sociedade, portanto, representando direitos e obrigações em relação exclusivamente à(s) Sócia(s) Retirante(s) e/ou Dissolvida(s), tais como saldos de empréstimos/mútuos, juros sobre o capital próprio a pagar, lucros creditados e não pagos (a pagar), entre outros.

15.4. O valor apurado, conforme levantamento do Balanço Especial, deverá ser pago da seguinte forma: a) o correspondente a 10% (dez por cento) do valor em até 60 (sessenta dias), contados da data que der causa ao evento de apuração; b) 90% (noventa por cento) remanescentes serão pagos em 47 (quarenta e sete) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no mês subsequente à parcela prevista na alínea "a" acima, com vencimento para o dia 20 (vinte) de cada mês.

15.5. As parcelas previstas no item 15.4. acima serão corrigidas pelo CDI (Certificados de Depósitos Interfinanceiros), ou em sua falta, outro índice que por consenso identifique corretamente a variação monetária.

15.6. Caso haja decisão unânime por parte da(s) Sócia(s) Remanescente(s), os prazos mencionados neste item, poderão, desde que não afetem a situação econômico-financeiro da Sociedade, ser modificados para período inferior ao estipulado.

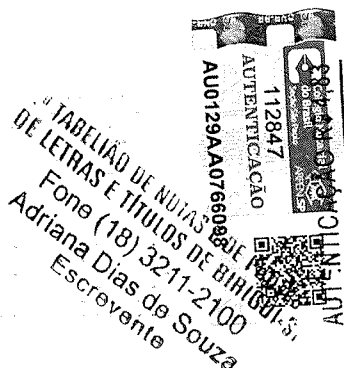
Parágrafo Único - Quando de eventual e futura exclusão de qualquer membro do quadro social, a sócia retirante, após quitar todas as suas obrigações com a pessoa jurídica da qual foi integrante, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades assumidas posteriormente à data de sua saída.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

16.1. Os lucros apurados nos balanços encerrados anualmente, em 31 de dezembro de cada ano, terão o destino que melhor convier às sócias, conforme deliberação em ata devidamente formalizada, observadas as disposições previstas no presente Contrato. A distribuição observará, via de regra, a participação de cada uma das sócias na sociedade, ficando permitida, contudo, a distribuição desproporcional de lucros. No caso de verificarem prejuízos, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos em lucros futuros.

16.2. Fica estipulado o limite máximo de 30% (trinta por cento) a ser distribuído anualmente a título de lucros, cujo cálculo se dará sobre o lucro líquido do exercício, salvo se deliberado em sentido contrário e excepcionalmente pela Reunião de Sócios mediante justificativas e fundamentações plausíveis e desde que não prejudiquem o caixa da Sociedade e/ou demais reservas necessárias.

16.4. Balanços Intermediários de Lucros. Observado o disposto nas Leis aplicáveis, as Sócios poderão determinar o levantamento de balanços intermediários, sendo que:



2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado, a qual dou fé.
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

- a) As Sócias poderão determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e com base neles aprovar crédito, o pagamento de lucros ou juros sobre o capital próprio intermediário. Tais lucros e juros sobre o capital próprio também serão imputados aos lucros que couberem às Sócias
- b) As Sócias acordam que serão deduzidas da parcela do lucro líquido devida a cada Sócia ao final de qualquer exercício social todo o montante previamente distribuído a tal Sócia no referido exercício, a título de antecipação de lucros pagos, nos termos da Cláusula 17.4, alínea "a", de forma a não prejudicar as parcelas do lucro líquido devidas aos demais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO VALOR ECONÔMICO DA SOCIEDADE

17.1. Para os fins dispostos no presente Acordo, em especial quando qualquer das Sócias pretenda alienar suas Quotas e não haja um Comprador Potencial, tampouco haja aceitação da Sócia Ofertante quanto à proposta enviada pela Sócia Ofertada em relação ao Direito de Primeira Oferta e, ainda assim, a Sócia Ofertante queira exercer o seu direito de retirada, fica acordado como critério para apuração do Valor Econômico da Sociedade a realização de um laudo de avaliação econômica (*Valuation*), com métodos objetivos a serem definidos em comum acordo entre as Sócias.

17.2. O estudo e apuração do Valor Econômico da Sociedade (*Valuation*) será realizada quando da ocorrência de qualquer evento que o justifique e deverá ser atualizado a cada 1 (um) ano, a contar do aniversário da realização do *Valuation*, salvo se deliberado em sentido contrário pela Reunião de Sócios.

17.3. O Estudo de Valor Econômico (*Valuation*) deverá ser realizado por empresa especializada, indicada e aprovada pela Reunião de Sócios, não podendo ser a mesma empresa que tiver auditado o balanço da Sociedade nos últimos 2 (dois) anos. Tal Estudo será contratado e custeado pela própria Sociedade, sendo certo que, em havendo discordância quanto aos valores apresentados por qualquer das Sócias, eventuais Sócias discordantes ou Sócia discordante deverá(ão), à(s) sua(s) expensas contratar a realização de novo estudo, com uma segunda empresa especializada e, caso os valores apresentados pela primeira e segunda empresa apresentem uma variação de até 10% (dez por cento), ter-se-á, por Valor Econômico da Sociedade, o resultado da média dos dois valores apresentados.

17.3.1. Caso seja verificada uma divergência de mais de 10% (dez por cento) sobre os valores apresentados em ambos os estudos, uma terceira empresa especializada deverá ser contratada, a ser escolhida em comum Acordo entre as Sócias, para realização de uma terceira opinião, notadamente acerca dos dois primeiros laudos já realizados, devendo, então, apresentar seu parecer quanto aos valores apurados, validando, entre os dois *Valuations* apresentados, qual aquele que melhor se aplica à Sociedade, face aos métodos a serem considerados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

18.1. As Sócias estabelecem, como princípio norteador de suas relações como tais, a solução racional e amigável de eventuais controvérsias entre si, optando pela utilização da mediação e da arbitragem, sempre que necessário, observadas as disposições a seguir.



18.2. As Sócias envidarão seus melhores esforços para solucionar amigavelmente qualquer divergência oriunda deste Contrato e da sua relação. Não sendo possível, contudo, chegarem a uma solução amigável sem a intervenção de terceiros, as Sócias, desde já, concordam que todo e qualquer litígio ou controvérsia originário ou decorrente do presente Contrato e da sua relação como sócias, inclusive aqueles relativos à sua existência, validade, eficácia, cumprimento ou interpretação e suas consequências ("Disputas"), serão submetidos, de forma prévia e obrigatória, à mediação, de acordo com as disposições previstas abaixo.

18.2.1. Qualquer Disputa deverá ser submetida à mediação, sob a administração da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp ("Câmara"), de acordo com as regras do Regulamento de Mediação em vigor à época da apresentação do requerimento, exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre as Sócias.

18.3. Não sendo possível chegar a uma solução amigável por meio da mediação, e somente após ter a Sócia demandante comparecido à primeira sessão de mediação, as Sócias desde já concordam que toda e qualquer Disputa originária ou decorrente do presente Contrato, será definitivamente decidida por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, e de acordo com as disposições a seguir.

18.3.1. Qualquer Disputa deverá ser submetida a arbitragem perante a mesma Câmara junto à qual tenha sido realizado o procedimento de mediação, de acordo com o Regulamento de Arbitragem em vigor à época da apresentação do requerimento, exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre as Sócias.

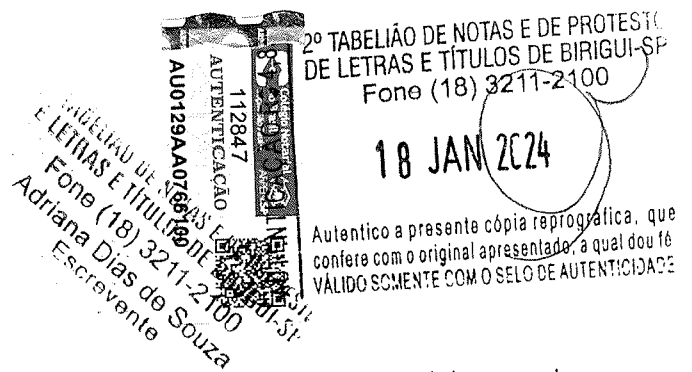
18.3.2. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português e terá sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, onde o laudo arbitral deverá ser proferido. Os árbitros não terão poderes para decidir qualquer Disputa com base em regras de equidade.

18.3.3. Uma vez devidamente constituído, o Tribunal Arbitral deterá competência exclusiva para a decretação de quaisquer medidas cautelares ou de urgência.

18.3.4. O laudo arbitral será final e resolverá definitivamente a Disputa entre as partes objeto da arbitragem e, tal como quaisquer ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral, vinculará as Sócias e seus sucessores, podendo ser objeto de execução perante qualquer foro que possua jurisdição sobre a matéria, as Partes ou bens relevantes.

18.4. A mediação e a arbitragem serão confidenciais e as Sócias não deverão revelar a nenhum terceiro nenhuma informação ou documentação apresentada na mediação e/ou na arbitragem, que não seja de domínio público, ou provas ou materiais produzidos em razão da mediação e/ou da arbitragem, ou qualquer ordem ou laudo proferido na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de lei ou regulamentação; (ii) vise a proteger um direito; (iii) seja necessária para a execução judicial do laudo arbitral; ou (iv) seja necessária para a obtenção de aconselhamento legal, regulatório, financeiro, contábil ou similares. Todas e quaisquer controvérsias relativas à confidencialidade, objeto desta Cláusula, deverão ser decididas pelo Tribunal Arbitral.

18.5. Sem prejuízo da presente cláusula escalonada, as Sócias elegem o foro da comarca de Birigui, Estado de São Paulo – renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja – para processar e julgar quaisquer



demandas relativas: (i) à instalação da mediação e/ou da arbitragem; e (ii) à concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral. A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada pela Parte demandante da medida à Câmara e poderá ser confirmada, modificada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral tão logo este seja constituído.


Terminada a apresentação desta 37ª (trigésima sétima) Alteração e Consolidação do Contrato da Sociedade e após terem as sócias, apreciado, examinado, lido atentamente e discutido todos os seus termos, DECLARARAM aprovados pelo consenso unânime, todos os itens, condições cláusulas e final consolidação desta alteração, conforme foram redigidos e encerrada a reunião em 11 (onze) de julho do ano de 2.022.

E assim, por se encontrarem de perfeito acordo assinam o presente instrumento, fazendo-o em 3 (três) vias, que será encaminhado à JUCESP para seu efetivo registro.

Birigui/SP, 16 (dezesesseis) de novembro de 2022.

Sócios Retirantes:



ANTONIO LIRANÇO


CELSE CRESPI SANCHES


SELMA SANCHES MOMESSO


WANDERLEY CRESPI SANCHES


AUREA DE SOUZA SANCHES

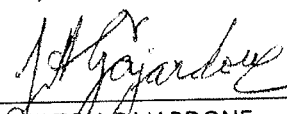

VANDA DE SOUZA SANCHES


WALDEMAR SANCHEZ


ANTONIO OSMAR TASCHIN


MARIA CRESPI SANCHES


SILVIA CRESPI SANCHES


HAMILTON GAJARDONE


VANDER DE SOUZA SANCHES


VALQUIRIA DE SOUZA SANCHES


Sócias Ingressantes:


LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA

Antônio Lirango


MCS PARTICIPAÇÕES LTDA

Selma Sanches Momesso


M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA

Aurea de Souza Sanches


H. GAJARDONE PARTICIPAÇÕES LTDA


Hamilton Gajardone


AOT PARTICIPAÇÕES LTDA

Antônio Osmar Taschin


MCS PARTICIPAÇÕES LTDA

Celso Crespi Sanches


M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA

Vander de Souza Sanches


W. SANCHEZ PARTICIPAÇÕES LTDA

Waldemar Sanchez

Testemunhas:

1.

Nome: SERGIO ROBERTO STABILE

RG:

CPF:

2.

Nome: PAULO ROBERTO DEBORTOLI

RG:

CPF:

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (18) 3211-2100

18 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confere com o original apresentado, a qual dou fé
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO



CERTIFICADO O REGISTRO
SEM O NÚMERO

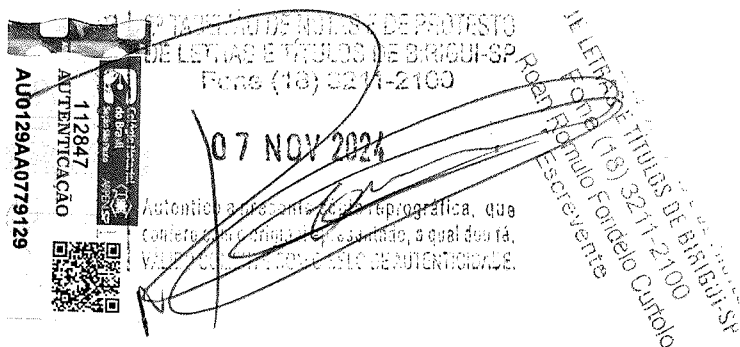
61564 SIMIEMA CESCHIN
SECRETARIA GERAL

497.902/22-9



JUCESP

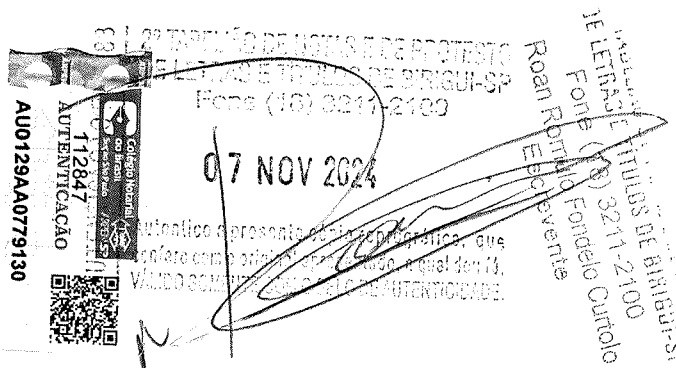
[illegible]



- b) Elaborar a proposta de remuneração da Diretoria Executiva, que será validada e aprovada pela Reunião de Sócios;
- c) Acompanhar os processos gerais e internos da Sociedade, planejando e organizando o funcionamento de todos os setores; traçando estratégias e métodos de trabalho para cada uma das áreas;
- d) Acompanhar os assuntos correlatos às soluções de TI e automatização, bem como gestão da informação do sistema;
- e) Acompanhar os processos de contratação/desligamento, integração de novos colaboradores, levantamento de necessidades de treinamento de equipe, bem como pela indicação e contratação de empresas para treinamento/capacitação da equipe;
- f) Acompanhar todas as questões ligadas à legislação/legalização referentes às atividades da Sociedade, tais como, mas não se limitando a, registro e/ou regularização perante o IBAMA, Corpo de Bombeiros, CREA, dentre outros;
- g) Mapear e planejar os investimentos em estrutura de novas unidades, que deverão ser validados e aprovados pela Reunião de Sócios;
- h) Gerir e zelar pelo relacionamento corporativo com fornecedores e clientes e questões relativas ao setor administrativo;
- i) Revisar e assinar relatórios financeiros (contabilidade, balanço auditado);
- j) Analisar oportunidades e ameaças de mercado;
- k) A coordenação do Setor Financeiro;
- l) A definição de processos e acompanhamento das métricas financeiras, dentre elas, mas não se limitando a, elaborar e aplicar normas internas, processos e procedimentos de finanças, cadastro e crédito;
- m) Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da Sociedade, fixar políticas de ação para acompanhar seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos;
- n) Realizar o gerenciamento completo das áreas que estão sob sua supervisão e demais Diretorias;
- o) Instruir as sócias e auxiliá-las na tomada de decisões de médio e longo prazos relativos às finanças da Sociedade, notadamente no que diz respeito, mas não se limitando a, crédito, cobrança, fluxo de caixa, busca de recursos financeiros e distribuição de lucros;
- p) Revisar e assinar relatórios financeiros, bem como plano de contas, contas a pagar/receber, adiantamento de pagamentos, dentre outras;
- q) O relacionamento corporativo, notadamente junto a bancos, agentes de crédito, fornecedores, dentre outros.

[Handwritten signatures]

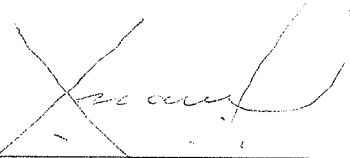
[Handwritten signature]



Encerramento: Dada a palavra a todos os presentes, ninguém quis fazer uso da mesma, encerrando-se a reunião de sócios. Nada mais havendo a tratar, a presente ata, após lida e aprovada, foi assinada pelos sócios presentes, pelo Presidente e pelo Secretário.

Birigui-SP, 16 de novembro de 2022

Sócios:


LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA

Antônio Lirânço


MCS PARTICIPAÇÕES LTDA

Selma Sanches Momesso


M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA

Aurea de Souza Sanches


H. GAJARDONE PARTICIPAÇÕES LTDA

Hamilton Gajardone


AOT PARTICIPAÇÕES LTDA

Antônio Osmar Taschin


MCS PARTICIPAÇÕES LTDA

Celso Crespi Sanches


M. SANCHES LIRANÇO PARTICIPAÇÕES LTDA

Vander de Souza Sanches


W. SANCHEZ PARTICIPAÇÕES LTDA

Waldemar Sanchez



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8872-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

61376368

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME
SERGIO ROBERTO STABILE

FILIAÇÃO

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

112847

AUTENTICAÇÃO

AU0129AA0779107

07 NOV 2024

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (16) 3211-2100

Autentico a presente cópia reprográfica, que
confero o original representado, a qual dou fé.
VÁLIDA EM TODA A REDE DE AUTENTICAÇÃO

SECRETARIA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO
DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
Fone (16) 3211-2100
Roan Romulo Fondejo Curolo
Secrevente

PROCURAÇÃO

ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ n° 46.151.130/0001-26, localizada na Rua Devanir Terence, CEP 16.206-012 no Município de Birigui/SP, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador, **TAMIRES SABINO GARCIA**,

ao qual outorga poderes específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 024/2025**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Birigui/SP, 26 de maio de 2025.

**SERGIO
ROBERTO
STABILE:**

Assinado de forma
digital por SERGIO
ROBERTO
STABILE:
Dados: 2025.05.26
13:14:22 -03'00'

Sérgio Roberto Stábile

Diretor Presidente Executivo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INTERIORES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
 CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

TAMARES SABELINO GARCIA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 2090878489

03758656843

PROIBIDO PLASTIFICAR
 2090878489

SÃO PAULO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
 112847
 AU0129AA0766163

2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
 DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
 Fone (18) 3211-2100

19 JAN 2024

Autentico a presente cópia reprográfica, que
 confere com o original apresentado, a qual dou fé.
 VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
 DE LETRAS E TÍTULOS DE BIRIGUI-SP
 Fone (18) 3211-2100
 Adriana Dias de Souza
 Escrevente

2

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE
INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ n° 46.151.130/0001-26, localizada na Rua Devanir Terence, CEP 16.206-012 no Município de Birigui/SP, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades legais, para fins de participação na LICITAÇÃO Nº 024/2025, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Birigui/SP, 26 de maio de 2025.

**SERGIO
ROBERTO
STABILE:**

Assinado de forma
digital por SERGIO
ROBERTO
STABILE
3
Dados: 2025.05.26
13:14:59 -03'00'

Sérgio Roberto Stábile

Diretor Presidente Executivo





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.870.769/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/2007
NOME EMPRESARIAL TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TSEA ENERGIA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 27.10-4-02 - Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 26.10-8-00 - Fabricação de componentes eletrônicos 26.22-1-00 - Fabricação de periféricos para equipamentos de informática 26.51-5-00 - Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle 27.10-4-01 - Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios 27.10-4-03 - Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios 27.22-8-01 - Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores 27.22-8-02 - Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores 27.31-7-00 - Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica 27.32-5-00 - Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo 27.90-2-02 - Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme 27.90-2-99 - Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente 30.11-3-02 - Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte 33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle 33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos 33.14-7-05 - Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica 35.12-3-00 - Transmissão de energia elétrica 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica 42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO ROD BR-381	NÚMERO 3045	COMPLEMENTO *****
CEP 32.240-090	BAIRRO/DISTRITO AMAZONAS	MUNICÍPIO CONTAGEM
UF MG		
ENDERECO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/05/2025 às 14:46:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.870.769/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/2007
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S.A.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 46.12-5-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos 46.13-3-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens 46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves 46.15-0-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico 46.18-4-99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 46.87-7-03 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada
--

LOGRADOURO ROD BR-381	NÚMERO 3045	COMPLEMENTO *****
--------------------------	----------------	----------------------

CEP 32.240-090	BAIRRO/DISTRITO AMAZONAS	MUNICÍPIO CONTAGEM	UF MG
-------------------	-----------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO 	TELEFONE
-------------------------	--------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/2007
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.870.769/0001-72 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 01/06/2007</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL

TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S.A.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

205-4 - Sociedade Anônima Fechada

<div>LOGRADOURO ROD BR-381</div>	<div>NÚMERO 3045</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
--------------------------------------	----------------------------	----------------------------------

<div>CEP 32.240-090</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO AMAZONAS</div>	<div>MUNICÍPIO CONTAGEM</div>	<div>UF MG</div>
-------------------------------	---	-----------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE</div>
--------------------------------	---------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/2007</div>
---	--

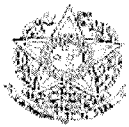
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/05/2025 às 14:46:45 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

31300125777

2054

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGN2319819631

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

CONTAGEM

Local

29 DEZEMBRO 2023

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança orlG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/040.220-1	MGN2319819631	08/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
	HENRY SINGER GONZALEZ



TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS S.A.

CNPJ/MF nº 08.870.769/0001-72

NIRE 31.300.125.777

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2023**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro de 2023, às 09:00 horas, na sede da **TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS S.A.** (“Companhia”), localizada na cidade de Contagem/MG, na Rodovia BR-381, nº 3.045, Bairro Amazonas, CEP 32240-090.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A convocação fica dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme verificado pelas assinaturas lançadas no “Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração”: Srs. Henry Singer Gonzalez, Mário Adolfo Libert Westphalen, Guilherme Pellegrini Mammana, Edvaldo Segura Ramos e José Roberto Reynaldo Júnior.

3. **MESA:** Sr. Henry Singer Gonzalez – Presidente; e Sra. Júlia Melo Carvalho Ribeiro – Secretária.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia para mandato de 02 (dois) anos.

5. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Após discussão a respeito da matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho da Administração da Companhia tomaram, de modo unânime, sem quaisquer ressalvas, reservas ou oposições, as seguintes deliberações:

(i) Eleger os seguintes novos Diretores B da Companhia para mandato de mais 02 (dois) anos a contar de 1º de janeiro de 2024:

(i.1.) Sr. **THIAGO SARAIVA FERNANDES**,



(i.2.) Sr. **RAFAEL SANTAROSA PORTEIRO**,

(ii) Os Diretores ora eleitos exercerão seus mandatos até 01 de janeiro de 2026, podendo ser novamente reeleitos, sendo certo que ao final do prazo do mandato os membros da Diretoria continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de novos Diretores, que deverão ser eleitos em Reunião do Conselho de Administração. Os Diretores tomam posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia.

(iii) Os Diretores declaram que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar, sob os efeitos dela, sujeito a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, por crime de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou contra a propriedade, nem se encontram condenados com pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme o artigo 147, §1º da Lei das Sociedades por Ações.

(iv) Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia:

(iv.1.) **Diretor A:** Sr. **JOSÉ ROBERTO REYNALDO JÚNIOR**,

(iv.2.) **Diretor A:** Sr. **PAULO CARNEIRO DE BARROS**,

(iv.3.) **Diretor B:** Sr. **JOSE MARIA EWERTON SAMPAIO JUNIOR**.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, nº 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56EDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código segurança orlG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

(iv.4.) **Diretor B:** Sr. GILSON BRAGA VIEGAS,

(iv.5.) **Diretor B:** Sr. MAURÍCIO NASCIMENTO MACHADO.

(iv.6.) **Diretor B:** Sr. CÉSAR HAMILTON DE CARVALHO,

(iv.7.) **Diretor B:** Sr. THIAGO SARAIVA FERNANDES,

(iv.8.) **Diretor B:** Sr. RAFAEL SANTAROSA PORTEIRO.

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Reunião pelo tempo necessário à impressão desta Ata em Livro próprio, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada, pelos presentes. Contagem, 27 de dezembro de 2023. Presidente Sr. Henry Singer Gonzalez e pela Secretária Sra. Júlia Melo Carvalho Ribeiro; Membros do Conselho de Administração: Henry Singer



Gonzalez, Mário Adolfo Libert Westphalen, Guilherme Pelerini Mammana, Edvaldo Segura Ramos e José Roberto Reynaldo Júnior.

Contagem, 27 de dezembro de 2023.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata arquivada no livro próprio.

Mesa:

Henry Singer Gonzalez
Presidente

Júlia Melo Carvalho Ribeiro
Secretária





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

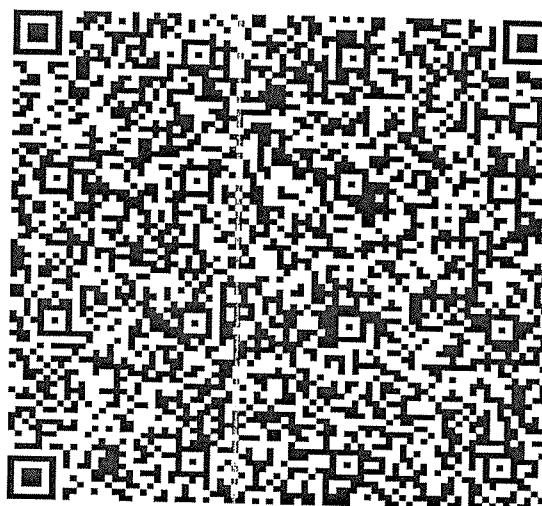
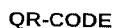
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/040.220-1	MGN2319819631	08/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
	HENRY SINGER GONZALEZ
	JULIA MELO CARVALHO RIBEIRO





As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

[illegible]

I<BRA044859497<888<<<<<<<<<<
9006120M3307065BRA<<<<<<<<<<6
RAFAEL<<SANTAROSA<PORTEIRO<<<



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança orlG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/040.220-1	MGN2319819631	08/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
	MICHELLE DOS SANTOS NAVARRO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança oriG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS S.A.

CNPJ/MF nº 08.870.769/0001-72

NIRE 31.300.125.777

TERMO DE POSSE

Em 27 de dezembro de 2023, às 09:00, compareceu à sede da **TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS S.A.**, localizada na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-381, nº 3045, Bairro Amazonas, CEP: 32240-090, (“**Companhia**”), para firmar termo de posse como **Diretor B** da Companhia, eleito para cumprir o **mandato** de 1º de janeiro de 2024 até 1º de janeiro de 2026 ou até a eleição e a posse de novo Diretor que o substitua, o **Sr. RAFAEL SANTAROSA PORTEIRO**,

que declarou aceitar a sua eleição e assumiu o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a Lei 6.404/1976 e o Estatuto Social da Companhia, declarando atender as disposições do artigo 146 e dos §§2º e 3º do artigo 147 da referida Lei 6.404/1976.

O **Diretor B** eleito declarou, ainda, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar, sob os efeitos dela, sujeito a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, por crime de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou contra a propriedade, nem encontra-se condenado com pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme o artigo 147, §1º da Lei 6.404/1976.

Para fins do art. 149, § 2º, da Lei 6.404/76, o Diretor B eleito declarou que o endereço acima indicado é seu domicílio comercial e apto a receber eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão, sendo certo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Contagem, 27 de dezembro de 2023.

RAFAEL SANTAROSA PORTEIRO





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/040.220-1	MGN2319819631	08/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
-----	RAFAEL SANTAROSA PORTEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança orlG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS S.A.

CNPJ/MF nº 08.870.769/0001-72

NIRE 31.300.125.777

TERMO DE POSSE

Em 27 de dezembro de 2023, às 09:00, compareceu à sede da **TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMÉRICAS S.A.**, localizada na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-381, nº 3045, Bairro Amazonas, CEP: 32240-090, (“**Companhia**”), para firmar termo de posse como **Diretor B** da Companhia, eleito para cumprir o **mandato** de 1º de janeiro de 2024 até 1º de janeiro de 2026 ou até a eleição e a posse de novo Diretor que o substitua, o **Sr. THIAGO SARAIVA FERNANDES**,

), que declarou aceitar a sua eleição e assumiu o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a Lei 6.404/1976 e o Estatuto Social da Companhia, declarando atender as disposições do artigo 146 e dos §§2º e 3º do artigo 147 da referida Lei 6.404/1976.

O **Diretor B** eleito declarou, ainda, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar, sob os efeitos dela, sujeito a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, por crime de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou contra a propriedade, nem encontra-se condenado com pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme o artigo 147, §1º da Lei 6.404/1976.

Para fins do art. 149, § 2º, da Lei 6.404/76, o Diretor B eleito declarou que o endereço acima indicado é seu domicílio comercial e apto a receber eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão, sendo certo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Contagem, 27 de dezembro de 2023.

THIAGO SARAIVA FERNANDES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/040.220-1	MGN2319819631	08/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
	THIAGO SARAIVA FERNANDES

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVIÇOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança oriG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, Michelle dos Santos Navarro, com inscrição ativa no(a) OAB/(SP) sob o n.º 359528, expedida em 26/03/2015, inscrito no CPF nº , DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. CNH Thiago - 1 página(s)
2. CNH Rafael - 1 página(s)
3. OAB Michelle Navarro - 1 página(s)
4. Termo de posse Rafael - 1 página(s)
5. Termo de posse Thiago - 1 página(s)

Sao Paulo/SP , 08 de janeiro de 2024.

Nome do declarante que assina digitalmente: Michelle dos Santos Navarro



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança orig Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

002 Michelle dos Santos Navarro 10/01/24



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, de NIRE 3130012577-7 e protocolado sob o número 24/040.220-1 em 09/01/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11404787, em 10/01/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.js?>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
	HENRY SINGER GONZALEZ

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
	JULIA MELO CARVALHO RIBEIRO
	HENRY SINGER GONZALEZ

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
	RAFAEL SANTAROSA PORTEIRO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
	THIAGO SARAIVA FERNANDES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
	MICHELLE DOS SANTOS NAVARRO



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/040.220-1.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
	MICHELLE DOS SANTOS NAVARRO

Belo Horizonte, quarta-feira, 10 de janeiro de 2024



Documento assinado eletronicamente por Zulene Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 10/01/2024, às 14:58 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 24/040.220-1.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança oriG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quarta-feira, 10 de janeiro de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 11404787 em 10/01/2024 da Empresa TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S/A, Nire 31300125777 e protocolo 240402201 - 09/01/2024. Autenticação: DE55C49FED88D86A4A4FCF56BDF2502842BD103E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/040.220-1 e o código de segurança oriG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

17/17

ANEXO III**PROCURAÇÃO**

TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S.A
ROD BR-381, CEP 32.240-090 no Município de CONTAGEM, CNPJ nº
08.870.769/0001-72, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao
final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, Jairo Pablo Alves de
Carvalho, -

, ao qual outorga(m) poderes
específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 024/2025**, em especial
para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito
de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido
certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo
de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Contagem, em 29 de maio de 2025.

thiago.saraiva@tseaenergia.com.br

Assinatura do proponente



Assinado
THIAGO SARAIVA
FERNANDES
00000000000000000000



jose.reynaldo@tseaenergia.com.br

Assinatura do proponente



Assinado
JOSE ROBERTO REYNALDO
JUNIOR



Unidade de Contagem
Rodovia BR-381, 3045 – Bairro Amazonas
CEP: 32240-090 | Contagem -MG

D4Sign ee47cb80-ce74-4bf7-9a1f-e3eaa9fb9b2a - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2011, Art. 1º da Lei 14.186/2011

ANEXO III - PROCURAÇÃO - COCEL pdf

Código do documento ee47cb80-ce74-4bf7-9e1f-e3eaa9fb9b2a



Assinaturas

Rafael Coelho Sirqueira

Assinou

THIAGO SARAIVA FERNANDES:

Certificado Digital

Assinou

JOSE ROBERTO REYNALDO JUNIOR:

Certificado Digital

Assinou

Eventos do documento

26 May 2025, 17:32:29

Documento ee47cb80-ce74-4bf7-9e1f-e3eaa9fb9b2a **criado** por LÍVIA DE PAIVA SANTOS (799405c7-2af5-49af-a157-835e9f99421b).
- DATE_ATOM: 2025-05-26T17:32:29-03:00

26 May 2025, 17:33:49

Assinaturas **iniciadas** por LÍVIA DE PAIVA SANTOS (799405c7-2af5-49af-a157-835e9f99421b). Email:
E_ATOM: 2025-05-26T17:33:49-03:00

26 May 2025, 18:04:57

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE ROBERTO REYNALDO JUNIOR:

Assinou Email: ; IP: 163.116.233.61 (163.116.233.61 porta: 54788). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC LINK RFB
v2,OU=A3,CN=JOSE ROBERTO REYNALDO JUNIOR:13613487802. - DATE_ATOM: 2025-05-26T18:04:57-03:00

26 May 2025, 19:21:02

RAFAEL COELHO SIROUEIRA **Assinou** (70293552-adf7-4ef5-9725-91e1d84f4b06) - Email:

- IP: 201.17.196.103 (c911c467.virtua.com.br porta: 30920) - Geolocalização:
-19.892840503082393 -43.930100592885786 - Documento de identificação informado: 064.854.436-22 -
DATE_ATOM: 2025-05-26T19:21:02-03:00

28 May 2025, 09:04:01

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - THIAGO SARAIVA FERNANDES

Assinou

Email: . IP: 187.32.146.220 (correio.toshiba-bhz.com.br porta: 4260). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,OU=A1,CN=THIAGO SARAIVA
FERNANDES . DATE_ATOM: 2025-05-28T09:04:01-03:00

28 May 2025, 11:54:21

LÍVIA DE PAIVA SANTOS (799405c7-2af5-49af-a157-835e9f99421b). Email

REMOVEU o signatário **fernanda.souza@tseaenergia.com.br** - DATE_ATOM: 2025-05-28T11:54:21-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c6285615905ac4392701dbcbf2b0f4939c62a0d93ef0042cb976bdbbc8356cbd

(SHA512):e049ae930c2a46ba57f8e01274572e77be0dc7c3e5cd07da8dfa3ee68190bca410163b795bc2c89313a276c12189933dcc8809de66d3730c74ce3a285fec41f2

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

TRANSFORMADORES E SERVICOS DE ENERGIA DAS AMERICAS S.A., pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ nº 08.870.769/0001-72, localizada na ROD BR-381, CEP 32.240-090 no Município de CONTAGEM, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação na **LICITAÇÃO Nº 024/2025**, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Contagem, em 29 de maio de 2025.

thiago.saraiva@tseaenergia.com.br



Assinado

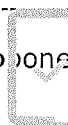
THIAGO SARAIVA
FERNANDES

Assinatura do proponente

1440111



jose.reynaldo@tseaenergia.com.br



Assinado

JOSE ROBERTO REYNALDO
DIRETOR

Assinatura do proponente



ANEXO II - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE - COCEL pdf

Código do documento 39d7674f-01e0-4ceb-8d5e-8faa8a57efd2



Assinaturas

Rafael Coelho Sirqueira

Aprovou

THIAGO SARAIVA FERNANDES:08597036656
Certificado Digital

Assinou

JOSE ROBERTO REYNALDO JUNIOR:13613487802
Certificado Digital

Assinou

Eventos do documento

26 May 2025, 17:30:33

Documento 39d7674f-01e0-4ceb-8d5e-8faa8a57efd2 **criado** por LÍVIA DE PAIVA SANTOS (799405c7-2af5-49af-a157-835e9f99421b). Email:
- DATE_ATOM: 2025-05-26T17:30:33-03:00

26 May 2025, 17:32:12

Assinaturas **iniciadas** por LÍVIA DE PAIVA SANTOS (799405c7-2af5-49af-a157-835e9f99421b). Email:
- DATE_ATOM: 2025-05-26T17:32:12-03:00

26 May 2025, 18:05:40

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOSE ROBERTO REYNALDO JUNIOR:

Assinou Email
br. IP: 163.116.233.61 (163.116.233.61 porta: 26676). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC LINK RFB
v2,OU=A3,CN=JOSE ROBERTO REYNALDO JUNIOR:13613487802. - DATE_ATOM: 2025-05-26T18:05:40-03:00

26 May 2025, 19:19:34

RAFAEL COELHO SIRQUEIRA **Aprovou** (70293552-adf7-4ef5-9725-91e1d84f4b06) - Email:
- IP: 201.17.196.103 (c911c467.virtua.com.br porta: 16778) - Geolocalização:
-19.892840503082393 -43.930100592885786 - Documento de identificação informado: 064.854.436-22 -
DATE_ATOM: 2025-05-26T19:19:34-03:00

28 May 2025, 09:02:26

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - THIAGO SARAIVA FERNANDES

Assinou

Email: : IP: 187.32.146.220 (correio.toshiba-bhz.com.br porta: 34036). Dados do
Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,OU=A1,CN=THIAGO SARAIVA
FERNANDES - DATE_ATOM: 2025-05-28T09:02:26-03:00

28 May 2025, 11:54:41

LÍVIA DE PAIVA SANTOS (799405c7-2af5-49af-a157-835e9f99421b). Email:

REMOVEU o signatário

DATE_ATOM: 2025-05-28T11:54:41-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6dd80d95629dffa19f6d629446998362fb0ab1ce1dbca9fad4f831f9fca93fc2

(SHA512):cd4da17f73c559470906a013faab4efcf782b1d7f3af85fbfceff310801d07e6f9f4aa4bddeb1f98a8e46b11606b1735ff940a178fb8df27280f6821fcd366ea

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign****Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e Lei
14.063/2020.